



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSAO DE FINANÇAS PÚBLICAS

ANEXO

RECOMENDAÇÕES DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO A	1
RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO B.....	4
RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO D	8
RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO E.....	14
RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO F.....	16
RECOMENDAÇÕES GMPTL.....	25

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO A

Presidência da República

1. Adicionar a componente (divisão) “Gabinete do Presidente da República”, com o código 010101, a preceder a componente “Casa Civil”.
2. Eliminar a componente (divisão) “Equipa para a Reforma e Desenvolvimento”.

Zona Especial de Economia Social de Mercado

3. A Zona Especial de Economia Social de Mercado continua sem regime jurídico próprio, pelo que recomenda-se que seja produzida legislação que regule todos os aspectos da sua existência e funcionamento, como sejam a sua natureza jurídica, a sua finalidade e objetivos, a sua tutela, as suas competências, o seu figurino institucional, a sua gestão, financiamento, etc.
4. Consequentemente, a utilização da verba proposta no valor de US \$2,5 milhões deve ficar condicionada à existência da legislação respectiva.

“Plataforma de Desenvolvimento Económico Regional Integrado

5. No mês de Agosto do corrente ano o Conselho de Ministro nomeou o Chefe da “Unidade de Missão” (JR Série I, nº 32, 11 de Setembro de 2013, págs.6731-6732). A “Unidade de Missão” é responsável pela implementação da Plataforma na parte respeitante a Timor-Leste. Porém, essa Unidade ainda não foi legalmente criada. Antes da nomeação do chefe da Unidade o Governo devia proceder à criação da Unidade, cujo diploma legal regulamentaria as suas competências, sua organização, seu financiamento, etc., e só depois nomear o seu chefe. Assim, a Comissão recomenda a criação legal da referida “Unidade de Missão”.

Polícia de investigação criminal

6. A investigação criminal continua a cargo do Serviço de Investigação Criminal (SIC) da PNTL. A pretensão de criação de uma polícia judiciária, sob a tutela do Ministério da Justiça, continua à espera de decisão do Governo, cujas razões para não agir nesse sentido, permanecem obscuras. Equanto isso o Ministério continua a investir nos salários e na formação dos quadros recrutados há já mais de dois anos.
7. Assim, a Comissão recomenda que o Governo envide sérios esforços para definitivamente definir o modelo institucional para a polícia de investigação criminal, abrindo caminho para que se comece a formular com consistência as políticas e estratégias do seu desenvolvimento, em todas as vertentes, nomeadamente de infraestruturas, equipamentos e principalmente da formação técnica dos seus quadros.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Rádio e Televisão de Timor-Leste

8. É urgente que se adopte o plano estratégico para a Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL), porque é um instrumento indispensável para o desenvolvimento desta empresa e os investimentos necessários ao crescimento da empresa, à melhoria da qualidade e diversificação dos serviços que presta. A falta deste instrumento tem constituído um entrave sério ao seu desenvolvimento.
9. Também é urgente que se encontrem as soluções práticas que viabilizem o exercício efetivo da autonomia financeira da Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL), ainda que de modo gradual e acompanhado do espectivo aumento da sua capacidade de gestão – para o qual o Governo deverá continuar a contribuir -, e a definição de um estatuto próprio para o seu pessoal, distinto da Função Pública e compatível com a sua natureza de empresarial e as especificidades da sua atividade.

Sistema Integrado de Gestão de Informação (do Sistema Judiciário)

10. Tendo em vista a importância do Sistema Integrado de Gestão de Informação, ora em uso no Sistema Judiciário, cobrindo e integrando a informação processual da Polícia, do Ministério Público, dos Tribunais e do Serviço Prisional, e considerando a cessação do financiamento até agora garantido por um parceiro de desenvolvimento, o financiamento futuro deste sistema de informação deve ser assegurado pelo Estado, pelo que há que prever uma dotação orçamental para esse fim, a inscrever no orçamento do Ministério da Justiça, dos Tribunais ou da Procuradoria-Geral da República.

“Cadastro Nacional de Terras” e “Sistema Geodésico Nacional”

11. Reconhecendo embora a extrema importância da existência de um cadastro de terras, os investimentos a serem feitos na sua implementação, devem ser precedidos de criteriosos estudos e concepção. Ora, o desenvolvimento de um “Cadastro Nacional de Terras” não está previsto no Plano de Acção Anual do Ministério da Justiça. Porém, foi orçamento para 2014 um montante de 11 milhões de dólares, aos quais se somam outros US \$48.580.000 de 2015 a 2018, totalizando US \$59.580.000. Por outro lado, se já tivesse sido inscrito no Plano de Acção Anual, e se já tivessem sido feitos os estudos para a sua concepção, a contratação de serviços de firma ou empresa especializada para a sua implementação, se assim se optasse, deveria necessariamente ser feita por concurso público de aprovisionamento.
12. Por outro lado, a atividade cadastral, nas suas variadas vertentes, merece ser devidamente legisladas. Essas vertentes incluem designadamente os objetivos do cadastro, a competência para a sua realização, a guarda, conservação e actualização dos dados, as obrigações dos cidadãos, o direito de acesso e de uso da informação cadastral, entre outros.
13. Assim, a Comissão recomenda a preparação pelo Governo, por iniciativa do Ministro da Justiça, da necessária legislação sobre o cadastro e a cartografia cadastrais nacionais.
14. O mesmo se há-de dizer em relação ao desenvolvimento de um sistema geodésico nacional, de que é parte integrante a implantação de marcos geodésicos. Os marcos geodésicos não podem ser vistos isoladamente, mas sim como parte desse sistema. Parece à Comissão que seria boa e pertinente medida legislar sobre a matéria, criando-se um regime jurídico que orientaria todas as acções neste domínio. Entre outros aspectos a legislação definiria o quadro institucional, possivelmente com a criação de um serviço de cartografia e cadastro, as competências para a realização da atividade geodésica e cartográfica a ela associada, o sistema a usar na construção da Rede Geodésica Nacional [*World Geodetic System 1984 (WGS 84)? International Terrestrial Reference Frame 1996 (ITRF96)?*], os sistemas de referência a adotar para as coordenadas geográficas, planimétricas e altimétricas.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Poder Local e Descentralização

15. A Comissão Recomenda ao Governo que, no âmbito da política da implantação do poder local, ecelere a conclusão do pacote legislativo e o remeta ao Parlamento Nacional o mais rápido possível.

Ordenamento do território/planeamento espacial

16. O Ministério das Obras Públicas tem como uma das suas metas a *“Implementação do Plano Espacial Nacional”*. Para atingir esta meta prevê, no seu Plano de Acção Anual, a *“Elaboração do quadro legal de plano espacial”* e *“Estabelecer o Diploma Ministerial para o sistema de planeamento”*. Pretende realizar também, ainda no decorrer de 2014, dar *“Início do processo do Plano de Urbanização de Dili, Suai, Viqueque e Baucau”* (OGE 2014, Livro 2, páginas 318-319). Com efeito, de acordo com o que vem inscrito no Livro dos Fundos Especiais, pretende realizar os seguintes planos espaciais: a) *Planeamento espacial nos distritos das Terras Altas (Ainaro, Aileu, Ermera e Bobonaro)*; b) *Planeamento espacial na zona Norte de TL (Manatuto, Baucau, Lospalos, Liquiça e Dili)*; c) *Estudos e Plano de Concepção para Planeamento Urbano a nível nacional*; d) *Plano Lider e Mapeamento a todo o território*. Para a elaboração destes planos prevê-se uma dotação total de \$1.750.000 dólares (Livro 6, Fundos Especiais, páginas 14 e 15).
17. A Comissão entende que não é realístico pensar que se pode num mesmo ano aprovar a legislação e subsequentemente realizar os planos. E tem necessariamente de ser feito nessa ordem ou sequência, porque não se pode elaborar os planos sem antes haver a legislação respectiva, porque é nela que se consagram as políticas, objetivos e os instrumentos do ordenamento do território.
18. Consciente da complexidade de tais leis e do tempo que a sua elaboração, discussão e aprovação exigirão, a Comissão recomenda que:
 - a) O ano de 2014 seja dedicado à elaboração da legislação e sua eventual aprovação e que a elaboração dos planos espaciais (planos de ordenamento do território) seja adiada para o ano subsequente ao da aprovação da legislação;
 - b) Consequentemente sejam retiradas as dotações previstas para a elaboração dos planos.
19. A Comissão recomenda ainda a realização de uma conferência ou seminário, que possa servir como plataforma para o lançamento de um debate nacional sobre o assunto, assim como das políticas propostas pelo Governo.

V. Parecer

A Comissão é do seguinte parecer:

1. As dotações orçamentais propostas para as instituições e órgãos inseridos nas áreas da competência temática da Comissão A devem merecer, na globalidade, a aprovação do Parlamento Nacional.
2. No concernente aos pedidos de dotação adicional (aumentos) feito pelas várias instituições e órgãos, em alguns casos as dotações orçamentais merecem ser aumentadas, porque os respectivos pedidos de aumento estão devidamente fundamentados, mostrando a pertinência desses aumentos para a prossecução dos objectis consagrados nos Planos de Acção Anual e estratégias de desenvolvimento institucional. Isto diz respeito mais particularmente às instituições da Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO B

Chefe de Gabinete do Ministério da Defesa e Segurança

- A Comissão **sugere e recomenda** que seja criada uma empresa pública ou um instituto público destinado exclusivamente à aquisição de equipamento, armamento, fardamento e todo o material militar e de segurança, destinado às Forças de Defesa e Forças e Serviços de Segurança. Esta medida permite um maior ganho de eficácia e eficiência nos procedimentos administrativos relacionados com este tipo de bens e serviços, por serem sensíveis e requererem medidas concursais específicas, que não se encontram ainda previstas legalmente, mas que este órgão/organismo poderia propor. A criação de um órgão destinado exclusivamente à aquisição de bens e serviços desta natureza permitiria também um maior controlo e fiscalização política, técnica e administrativa.
- O financiamento de atividades de inteligência por parte do Gabinete do MDS é uma prática que não se deverá repetir porque esta atividade é da competência exclusiva dos órgãos legalmente criados e previstos na Lei do Sistema Nacional de Inteligência da RDTL.

SNI

- A Comissão B vê com desagrado o fato do SNI registar uma diminuição no seu orçamento e face às fragilidades internas e contexto regional o SNI deveria merecer uma maior preocupação política, com um reforço de verbas, de forma a capacitar o serviço de mais e melhores meios humanos e materiais.
- O SNI deverá apostar no desenvolvimento dos seus recursos humanos de forma a dotar o serviço de boa capacidade operacional e analítica para apoio à tomada de decisão política. Mas para isso é necessário captar recursos humanos qualificados e isso só se consegue se a tabela salarial do serviço for atrativa sob o ponto de vista financeiro. A Comissão B deverá apoiar e incentivar uma medida dessa natureza e transmitir ao Conselho de Fiscalização para que influencie nesse sentido. A criação de um estatuto de carreiras próprio é urgente.
- Relativamente às sugestões efetuadas pelo Sr. Diretor-Geral do SNI a Comissão **recomenda** que sejam criados os instrumentos jurídicos referidos, necessários e indispensáveis ao funcionamento do serviço e à sua operacionalização. À exceção da Lei de Segredo de Estado, cuja competência é do Parlamento Nacional, as restantes sugestões são da competência do Governo. A Comissão é do entendimento e sugere que deverão ser criados os referidos diplomas legais de forma a evitarem-se constrangimentos à atividade do serviço e facilita a sua fiscalização técnica e política.
- **Recomenda-se** que nas futuras propostas de orçamento o SNI não discrimine com pormenor todas as atividades que pretende desenvolver porque alguma da informação tem caráter confidencial e deve ser de conhecimento restrito. Assim, sugere-se que nos próximos orçamentos este tipo de informação seja apenas dada a conhecer ao Conselho de Fiscalização do Sistema de Inteligência da RDTL, de forma a evitar-se que venha a ser facilmente acessível. O tipo de formação dos funcionários, os cursos efetuados, as agências de informações com as quais coopera e as preocupações em termos de necessidades de recrutamento de fontes deverá ser de conhecimento muito restrito.
- A Comissão **recomenda** que seja regulamentado o regime de despesas classificadas e de autonomia administrativa e financeira do SNI, de forma a separar as despesas afetas à atividade operacional da atividade logística e administrativa em geral. Esta separação permite ao SNI uma maior operacionalização dos meios afetos à atividade operacional e uma maior fiscalização por parte da Comissão B, em sede de OGE. As despesas classificadas são fiscalizadas desde logo pelo Diretor-Geral, autorizadas pelo Conselho Administrativo e fiscalizadas pelo Conselho de Fiscalização do Sistema de Inteligência.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Secretaria de Estado da Defesa

- Recomenda-se que a SED reveja os valores para a aquisição de fardamento para os seus funcionários civis porque o valor apresentado em sede de audiência pública ascende a 1 500 USD por funcionário, valor considerado elevadíssimo.

F-FDTL

- A Comissão **recomenda** que seja regulamentado o regime de autonomia administrativa e financeira, instrumento jurídico fundamental para as F-FDTL e Forças e Serviços de Segurança. A atividade destas instituições não se compadece com o centralismo e concentração dos pagamentos no Ministério das Finanças.

Instituto de Defesa Nacional

- A Comissão B reitera a recomendação de envolver os Deputados desta Comissão nas atividades do IDN, nomeadamente na formação, palestras ou seminários, sempre que estes possam revestir-se de interesse, permitam capacitar e desenvolver os conhecimentos nas áreas específicas da Comissão.

Secretaria de Estado da Segurança

- Os valores referentes ao pagamento de guardas no valor total de 975.660 USD e mais 276 000 USD referente a 200 novos guardas, tal como 4 agentes contratados e dois adidos, um na Austrália e outro na República Popular da China, deverá ser imputado na categoria “salários e vencimentos” e não na categoria de “bens e serviços”.

Polícia Nacional de Timor-Leste

- **A PNTL terá** de rever os seus procedimentos relativos à aquisição de equipamento e armamento e os mesmos deverão respeitar as regras concursais em vigor, para além de se acautelar e confirmar a idoneidade das empresas com as quais se relaciona nestes processos.
- **A Comissão não concorda com a aquisição das 100 armas** (Bereta ARX160) até que seja concluído o trabalho da Comissão Eventual, criada para analisar o procedimento de aquisição das armas (aprovado através do OGE de 2013), que inicialmente se destinavam ao Corpo de Segurança Pessoal da PNTL mas depois foram para a UPF.
- Relativamente ao projeto de formação de pilotos para helicópteros, quando nem sequer existe qualquer estudos ou projeto nesta área, **recomenda-se** um maior critério de exigência na afetação de recursos financeiros e uma cuidada análise dos projetos em que se afetam recursos. Será ainda necessário efetuar uma cuidada avaliação da garantia de continuidade e sustentabilidade dos projetos.
- Tendo em consideração o aumento da criminalidade, em algumas situações é considerado um processo que era expetável e previsível, não se percebe que a PNTL afete apenas 3,8% do seu orçamento para a Unidade de Investigação Criminal, valor aquém do necessário e que revela uma política considerada desajustada da realidade.
- **Recomenda-se** que o orçamento do Serviço de Informações da Polícia seja autonomizado face às especificidades da atividade e como forma de se exercer de forma clara e objetiva a fiscalização política e orçamental, tal como por parte do Conselho de Fiscalização do Sistema Nacional de Inteligência da RDTL.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

- Relativamente à Agência de Cooperação de Timor-Leste a Comissão B **recomenda** que seja efetuada a sua implementação no MNEC e a estruturas previstas na lei que sejam criadas, de forma a poder responder positivamente e de forma adequada às solicitações dos projetos que visa implementar na Guiné-Bissau. Os projetos no terreno não podem ser definidos, implementados e financiados sem que seja feita uma avaliação prévia pelo MNEC e efetuada uma fiscalização permanente da sua execução, tal como o controlo permanente sobre o financiamento desses projetos.
- Considerando que existe uma preocupação acrescida das autoridades timorenses para a captação de investimento externo devido ao fim da missão das Nações Unidas, que acentuou ainda mais a taxa de desemprego, **recomenda-se** ao governo a implementação de medidas concretas por parte do MNEC, nomeadamente, manter os embaixadores e as embaixadas informadas sobre os dados macroeconómicos do país, potencialidades da região, regime jurídico aplicável à criação de empresas, entidades responsáveis e procedimentos administrativos necessários e o regime fiscal de Timor-Leste. A articulação e cooperação com o Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente e os diferentes órgãos e organismos do Estado é fundamental e deverá ser implementado.
- Considerando que Timor-Leste irá assumir a presidência da CPLP em 2014-2016, a Comissão **recomenda** que deverão ser desenvolvidos esforços para que este evento decorra de forma exemplar porque o mesmo irá servir como teste para o futuro, quando Timor-Leste integrar a ASEAN, como é expectável. Pois, os países da ASEAN representados diplomaticamente em Timor-Leste estarão atentos às capacidades do MNEC para a organização deste evento porque lhes permitirá aferir das reais capacidades do país para integrar uma organização da dimensão da ASEAN.
- A Comissão **recomenda** que seja intensificado o processo de delimitação de fronteiras marítimas e terrestres e que o governo terá de ter uma ação diplomática mais firme e determinada, usando os mecanismos diplomáticos ao seu dispor, tal como reforçar a presença militar e policial nas fronteiras, para que o território nacional não seja violado, nomeadamente no enclave do Oe-Cusse, em que se verificam constantes violações à integridade territorial.

1. Parecer

Nas audiências públicas foram fundamentadas e explicadas as propostas de orçamento. Alguns órgãos, designadamente a Secretaria de Estado da Segurança e a Polícia Nacional de Timor-Leste, referem que pretendem adquirir viaturas ligeiras, identificando concretamente a marca e o modelo da viatura a adquirir. Tal procedimento **viola** princípios fundamentais de direito, de direito público e administrativo, nomeadamente **os princípios da legalidade e da imparcialidade**.

A Administração Pública viola o princípio da legalidade ao autovincular-se a regras que ela própria cria. Ao contrário da atuação na esfera privada, na Administração Pública só é possível praticar os atos legalmente previstos. A legalidade exprime a conformidade dos atos da Administração ao direito. Esta formulação não corresponde sempre à necessidade de uma autorização formal e expressa da lei escrita. Mais do que uma submissão à lei escrita, a legalidade exige uma submissão ao direito como um todo, incluindo normas e princípios da juridicidade.

O princípio da legalidade aplica-se antes de mais aos órgãos e agentes da Administração Pública. Eles devem ser os primeiros a cumprir a lei para que a sua ação seja o exemplo para os cidadãos (Freitas do Amaral, Princípio da legalidade, in Polis, Vol. III, 1985, idem, Direito Administrativo Vol. II, pág. 212 e seguintes).



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Ao não permitir que outras marcas possam apresentar-se a concurso, as normas técnicas referidas violam também o princípio da imparcialidade, gerando a invalidade da atuação administrativa na forma de violação de lei (Vieira de Andrade, a imparcialidade da Administração Pública como princípio constitucional, in BFDUC, Coimbra, 1974).

O que os diversos órgãos deverão fazer é proceder à abertura de concursos públicos especificando as características da viatura que se pretende, em função das necessidades concretas, o fim a que se destina, que tenham assistência técnica garantida em Timor-Leste, de forma a permitir um concurso aberto, onde todos possam apresentar as suas propostas em situação de igualdade.

A Comissão é, assim, de parecer que o acto normativo reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais e está, por isso, em condições de subir ao Plenário para discussão e votação, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis mas sugere e recomenda que sejam expurgadas as ilegalidades identificadas.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO D

1. Tem sido objecto de muitas críticas o facto de normalmente as taxas de execução dos OGE ficarem muito abaixo dos 100%, normalmente, nos últimos anos, nos cerca de 80%. A repetição deste facto ao longo dos anos remete o principal problema mais para o PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS OGE s (que faz com que eles sejam sistematicamente sobre-dimensionados relativamente à capacidade da sua execução), do que para o PROCESSO DE EXECUÇÃO em si mesmo. Recomenda-se, por isso, que seja revisto o processo de elaboração dos Orçamentos de modo a que os valores neles inscritos estejam mais de acordo com as reais capacidades de implementação dos Orçamentos. Há, por exemplo, muitos casos em que os organismos do Estado, apesar de terem uma taxa de execução baixa, continuam a orçamentar valores elevados relativamente à execução orçamental passada.
2. Considerando o que ficou dito, propõe-se que o processo de adequação entre o valor do Orçamento e as previsões de execução comece já este ano, com uma redução do Orçamento de fontes combinadas para um valor próximo do da execução estimada para o OGE 2013, isto é, cerca de 1300-1350 milhões de USD.
3. Este valor deve ser integrado numa estratégia de médio prazo --- até ao fim da legislatura, em 2017 -- de adaptação do país e dos gastos públicos à nova situação de escassez relativa (e absoluta) de recursos resultante do anunciado fim das receitas petrolíferas (das fontes hoje conhecidas) em 2020. Esta estratégia de transição para orçamentos muito mais baixos do que os dos anos recentes --- em valores a determinar em função das receitas previsíveis e da sustentabilidade, a longo prazo, dos orçamentos --- deve ser iniciada JÁ COMO ORÇAMENTO DE 2014 em análise com o DUPLO OBJETIVO de, NO MÉDIO/LONGO PRAZO, ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO PAÍS, e de, NO CURTO PRAZO, CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO.
4. Fazendo parte integrante desta estratégia, o processo de elaboração do Orçamento, que mais parece decorrer “ao contrário” do “normal” --- isto é, define-se o que e em que se quer gastar e depois pede-se ao Fundo Petrolífero o necessário para custear das despesas ---, DEVE PARTIR DE UMA DEFINIÇÃO RIGOROSA PRÉVIA DOS RECURSOS EFETIVAMENTE MOBILIZÁVEIS PARA FINANCIAR O OGE, definição essa que, dada a perspectiva do fim próximo das receitas petrolíferas, DEVE PROCURAR RETIRAR DO FUNDO PETROLÍFERO O ESTRITAMENTE NECESSÁRIO, DE PREFERÊNCIA ELIMINANDO JÁ ESTE ANO O RECURSO A VERBAS EXCEDENTES DO “RENDIMENTO SUSTENTÁVEL”.
5. Tal estratégia DEVE SER ANUNCIADA PUBLICAMENTE PELO GOVERNO de modo a reduzir as expectativas dos agentes económicos com efeitos benéficos esperados na redução da pressão inflacionista que se verifica atualmente na economia nacional, por um lado, e nos preços que os agentes económicos cobram ao Estado (“O Estado tem o dinheiro do petróleo, é rico, pode pagar!...”) pelos bens e serviços que lhe fornecem.
6. Integrada na estratégia de redução do valor dos Orçamentos e de uma estratégia simultânea de tentar *obter mais com o mesmo dinheiro* (mais bens, mais serviços), o Estado/Governo deve passar a ser mais exigente na procura do “preço justo” que paga pelos bens e serviços que adquire. Esse “preço justo” inclui um lucro “normal” para os empresários mas o Estado não deve estar disponível para continuar a pagar os “sobrelucros” incorporados em muitos contratos que celebra. Nomeadamente em relação às obras públicas, onde parece ser maior o nível dos sobre lucros de algumas empresas, o Estado deve passar a fazer mais uso do poder sobre os preços de mercado que lhe advem do facto de ser o único

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

comprador dos serviços dessas empresas (regime de “monopsóquio”), sejam eles edifícios públicos, estradas ou outros bens e serviços. O Estado deve, nomeadamente, efectuar uma padronização do preços horizontal a todos os Ministérios e que ajudem a definir valores mais correctos para os bens e serviços a pagar pelo Estado.

7. Na análise dos Orçamentos dos vários Ministérios e outros serviços constatou-se uma grande apetência para se preverem valores importantes de “concessões públicas” ao dispor da decisão discricionária dos responsáveis máximos das instituições do Estado. Ainda que se compreenda a necessidade de estes disporem de verbas para acorrerem a necessidades não previsíveis aquando da elaboração do Orçamento, a verdade é que algumas delas são previsíveis e, por isso, devem ser perfeitamente identificadas nos Orçamentos como atividades das instituições. Assim, a bem da transparência do Orçamento e das atividades a financiar, propõe-se que as dotações para “concessões públicas” (*public grants*) existentes no OGE 2014 sejam reduzidas em 20% do valor proposto, isto é, para 80% do valor atualmente inscrito na proposta de OGE 2014.
8. Também as despesas com viagens ao estrangeiro devem ser fortemente condicionadas para evitar desperdícios inúteis dos dinheiros públicos. A redução deve ser semelhante à proposta para as “concessões públicas” (-20%) mas delas devem ser excluídas as verbas para os principais órgãos de representação externa do Estado: a Presidência da República, a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Recorde-se que o Parlamento Nacional aprovou, no seu orçamento privativo para 2014, uma redução destas despesas em montante bem maior do que o que aqui se propõe.
9. É convencimento desta Comissão que, por várias razões a explicitar abaixo, o Governo deve equacionar uma subida das taxas alfandegárias cobradas no país. Se a sua redução efectuada há alguns anos foi justificada como um incentivo ao investimento estrangeiro que geraria emprego e produziria bens para consumo nacional e, mesmo, para exportação, é hoje evidente que tal objetivo não foi alcançado. Tal subida das taxas alfandegárias para um nível a definir (mas que, acredita-se, deveria ser pelo menos para cerca de 15% para o conjunto da pauta aduaneira) terá vários objetivos:
 - a. Desincentivar o elevado nível de importações, que parece ser insustentável a prazo dadas as expectativas de redução a zero das receitas petrolíferas;
 - b. Criar uma protecção para a implantação de “indústrias nascentes” que lhes permita encarar a produção em território nacional de bens e serviços até agora objecto de forte concorrência do exterior (“é mais fácil telefonar para Surabaya e encomendar 10 contentores de água engarrafada do que produzi-la em Timor-Leste”);
 - c. Criar uma fonte de receitas não-petrolíferas que ajude a financiar o OGE;
 - d. Preparar uma eventual adesão futura à AFTA, a ASEAN Free Trade Association, com uma “barreira alfandegária” que proteja o país da invasão de produtos dos seus parceiros, barreira essa que seria posterior e gradualmente eliminada com um calendário a acordar com os restantes membros da AFTA e que tem sido usualmente de 15 anos.
10. Relativamente ao ponto anterior a Comissão mais considera que devem ser objecto de tratamento especial, com taxas menores, os produtos mais presentes na dieta alimentar e nas despesas de habitação (ex: cimento) dos grupos sociais mais pobres. Recorde-se que alguns desses produtos, por razões de economias de escala, dificilmente poderão ser produzidos entre nós, perdendo-se assim o efeito de “substituição importações” esperado.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

11. Tendo em consideração as expectativas de evolução das receitas petrolíferas e a necessidade de aumentar as receitas domésticas, o Governo deveria desde já equacionar a hipótese de aumentar as receitas dos impostos indirectos (por exemplo com a introdução a prazo do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e dos impostos directos (por exemplo, introduzir mais escalões no imposto sobre o rendimento de pessoas singulares e colectivas, elevando as taxas para os rendimentos mais elevados).
12. Dadas as condições da economia nacional, tudo indica que um aumento da produção em alguns setores só será possível se o Estado, para além das políticas MACRO económicas apropriadas, adopte políticas "MICRO económicas" incentivadoras da produção nacional, adoptando uma atitude pró-activa sempre que necessário. Exemplo de uma política MICRO económica que actua sobre os custos de produção das empresas, reduzindo-os, de modo a incentivar a sua entrada e sobrevivência no mercado durante os seus primeiros anos de vida --- é a concessão, sempre que se justifique, de TAXAS DE JURO BONIFICADAS para incentivar o desenvolvimento de certos setores/subsetores produtivos. O Ministério das Finanças poderia liderar um processo de, em coordenação com outros ministérios, identificar setores produtivos cujas empresas se poderiam candidatar a obter taxas de juro bonificadas --- por exemplo pagar apenas metade da taxa de juro necessária ao investimento, ficando a outra metade a cargo do Estado. Recorde-se que o próprio sistema bancário poderia eventualmente praticar taxas de juro activas mais baixas por redução do seu risco associado ao envolvimento, mesmo que indirecto, do Estado no negócio.
13. Dentro desta lógica de incentivar o investimento nacional, SUGERE-SE FORTEMENTE ao Ministério das Finanças que encare seriamente a concessão de "cartas de conforto" aos bancos que financiem os empresários nacionais de modo a que estes, dotados de um sucedâneo de uma garantia real, possam praticar taxas de juro mais baixas. Estas taxas seriam previamente negociadas com o sistema bancário. Aquelas "cartas de conforto" serão, no essencial, uma garantia de que o Estado efectuará os pagamentos aos empresários através do banco comercial que concedeu o crédito. Note-se que, como estes pagamentos devem estar, em princípio, ligados à medição dos trabalhos efectuados ao abrigo do projeto, as "cartas de conforto" serão também uma garantia suplementar de que a obra está a ser executada de acordo com o previsto. Tudo isto, como se disse, deve reflectir-se, porque se traduz numa redução do risco dos bancos, numa redução da taxa de juro activa normal de mercado, assim incentivando o investimento nacional.
14. O setor agrícola é essencial para o abastecimento do mercado nacional e tem o potencial para produzir muitos dos bens até agora importados. Um dos exemplos é a produção de arroz, em que o Ministério da Agricultura estima que apenas cerca de um terço das terras com capacidade para o produzir estão a ser utilizadas para tal, estando as restantes votadas ao abandono enquanto o país gasta fortunas (cerca de 30 milhões de USD em 2012 e previsivelmente 40 milhões ou mais em 2013) a importar arroz. O Ministério da Agricultura é FORTEMENTE INCENTIVADO a estudar a "economia do arroz" em Timor Leste e a adotar medidas que invertam EFETIVAMENTE a situação descrita, com forte redução da importação do cereal e aumento da produção nacional e do consumo desse arroz pelas populações, do campo e da cidade.
15. O Ministério da Agricultura é também fortemente incentivado a adotar outras medidas de aumento da produção de alguns produtos a uma escala industrial. Esse aumento de escala de produção deverá fazer parte de uma estratégia nacional de crescente articulação entre a agricultura e a indústria com o desenvolvimento da agro-indústria e conseqüente crescente incorporação de valor nacional nas produções agrícolas, silvícolas e pecuárias do país.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

16. A Comissão mais recomenda ao Ministério da Agricultura que procure mecanismos para incentivar a produção de sementes de vários produtos agrícolas por agricultores nacionais e suas associações, nomeadamente cooperativas, reduzindo a dependência em relação ao exterior. Aconselha-se também que a eventual importação de produtos agrícolas, particularmente de sementes, deve ser efectuada com as condições técnicas que assegurem a sua efectiva produção e produtividade, evitando-se assim desperdício de recursos como ocorreu recentemente com a importação de batata “europa” para semente.
17. A Comissão “D” sugere ao Ministério do Turismo que acorde com a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos a passagem da eleição do(s) concurso(s) de Miss Timor-Leste e/ou Miss Turismo (ou designação equivalente) para o âmbito daquela Secretaria de Estado. Mais se sugere que todas as candidatas aos concursos referidos assinem um contrato com a entidade organizadora em que esteja explicitamente prevista, em moldes a acordar, a sua participação em campanhas de educação cívica apropriadas, nomeadamente na área da saúde, da educação, da melhoria da dieta alimentar, da luta anti-tabaco, contra o uso de drogas e contra a violência doméstica.
18. A Comissão “D” sugere ao Governo que seja dada mais ênfase a uma política de preservação do património cultural do país, nomeadamente o seu património construído. Isso implica o reforço da importância política da Secretaria de Estado da Arte e Cultura, aumentando o seu poder de intervenção, de facto, na defesa do património e a proibição de outras entidades fazerem intervenções físicas no património sem o conhecimento e autorização expressa da mesma Secretaria de Estado. Esta precisa também de ver reforçados os seus meios humanos, técnicos e financeiros de modo a poder desempenhar cabalmente a sua missão, essencial a uma estratégia de desenvolvimento do turismo como fonte de rendimentos para o país em conjunto ou em alternativa aos rendimentos petrolíferos.
19. O Ministério das Finanças é fortemente incentivado a rever os procedimentos de pagamentos das dívidas do Estado (bem como reforçar o treino dos seus funcionários e dos das áreas de abastecimento/*procurement* e financeira de outros Ministérios) de modo a reduzir ao mínimo essencial (até para assegurar a segurança dos mesmos) o período de tempo entre a recepção das facturas dos fornecedores de bens e serviços e o momento do seu pagamento. De facto, há indicações de que as demoras dos pagamentos são usadas como desculpa pelos empresários para encarecer o preço dos bens e serviços fornecidos ao Estado.
20. O SEPFOP em particular (mas também outros serviços), são fortemente aconselhados a tentarem uma política mais pró-activa para assegurarem a qualidade das obras que pagam. Esse aumento de qualidade poderá ser incentivado com incentivos apropriados à concentração de empresas ou à criação de associações (cooperativas?) locais que permitam às pequenas empresas sem capacidade técnica própria e cujas obras têm fraca qualidade, assegurar a assistência técnica de pessoal especializado. Estas associações/concentração de empresas podem ser “pressionadas”/incentivadas com algumas das medidas MICROeconómicas que referimos atrás.
21. Na sua audiência com o Governador do Banco Central de Timor-Leste a Comissão foi informada de que, contrariamente ao pedido que tinha sido formulado ao Senhor Primeiro Ministro, o OGE14 não prevê a dotação de 30 (trinta) milhões de USD considerada pelo Banco como necessária para, integrada numa estratégia a implementar até 2017, fazer aumentar o capital social do BCTL dos atuais 20 (vinte) milhões de USD para 100 (cem) milhões de USD. Tal falta de inclusão no OGE poderá ser resultado do

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

momento tardio em que o BCTL fez chegar a sua pretensão ao Governo. A Comissão “D”, ouvidas as explicações do Senhor Governador do Banco Central e considerando que não se trata de uma vulgar despesa mas sim de um investimento que apenas altera a estrutura da riqueza do Estado (substituindo dinheiro por activos fixos e financeiros), considera que a pretensão se justifica para dar maior solidez ao nosso Banco Central, indirectamente ao sistema financeiro do país e por isso deve ser atendida pelo que sugere fortemente ao Governo que actue em conformidade, reforçando o capital do nosso banco central no montante e no momento solicitado.

22. A Comissão tomou ainda boa nota da referência, na audição do Banco Central de Timor-Leste, a que a sua estimativa para a taxa de inflação em 2014, com os dados agora disponíveis quanto ao Orçamento e com tudo o resto constante [*ceteris paribus*], poderá situar-se no intervalo 6-8%, o que enquadra a estimativa de 7,7% feita pelo governo no quadro macroeconómico em que se apoia o OGE14.
23. Da audição dos parceiros de desenvolvimento a Comissão reteve principalmente as informações sobre os empréstimos que estes irão conceder ao país para construção de algumas estradas e as condições financeiras das mesmas bem como a referência a muitas outras atividades de apoio ao nosso país que a Comissão não pode deixar de aplaudir e agradecer. A Comissão manifestou, no entanto, alguma preocupação com as consequências para o país no caso de forte degradação da taxa de câmbio do USD face ao iéne japonês, exigindo uma atenção especial do Ministério das Finanças para lidar com o risco cambial envolvido no empréstimo concedido pelo Governo do Japão através da JICA.
24. Dessa audição ficou também a informação de que merece a pena o nosso país, nomeadamente o Ministério das Obras Públicas e outras entidades envolvidas na construção de infraestruturas, informar-se mais sobre os preços praticados na região para a construção de várias infraestruturas já que os preços praticados noutros países parece serem mais convenientes que os praticados em Timor-Leste.
25. Da audição do Ministro do Petróleo ficou a informação de que das obras do “Tasi Mane”/Costa Sul vão avançar, neste momento, as do aeroporto de Suai e a da “supply base”, a base logística a desenvolver na costa sul. Neste sentido, deduz-se que o projeto de desenvolvimento desta região, parte importante do Plano Estratégico de Desenvolvimento, vai sofrer algum atraso. A Comissão gostaria de receber mais informação sobre previsíveis contratos de utilização daquela base logística que estejam a ser negociados e que assegurem a viabilidade daquela importante (e cara) infraestrutura.
26. A Secretaria de Estado para o Apoio e a Promoção do Setor Privado solicita no OGE uma verba para viagens ao estrangeiro que parece exagerada em relação às suas competências: dos 145 mil USD de 2013 pretende passar para uma despesa de 250 mil USD em 2014. Recomenda-se a redução desta verba numa percentagem superior à indicada mais acima para ser aplicada a (quase) todos os organismos do Estado.
27. Considerando que as chamadas ‘Aldeias do Milénio’ tal como estão a ser construídas em Timor Leste --- cujo caso mais paradigmático será o da “aldeia” em construção perto do aeroporto de Baucau, com 200 habitações --- estão muito longe de satisfazer as condições exigidas pelo conceito de “aldeia do Milénio” e que, principalmente, não estão de acordo com as formas tradicionais de organização do espaço pelas comunidades timorenses;
Mais considerando que os materiais utilizados e a própria arquitectura das casas parecem inapropriados para a vida de uma família timorense;



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Considerando também que a esmagadora maioria dos custos de construção das referidas “aldeias” corresponde a importações apesar de haver métodos e materiais de construção com uma muito maior incorporação de valor nacional (além de serem mais baratas),

Propõe-se que o Governo e a entidade encarregue da implementação do projeto, a Agência de Desenvolvimento Nacional, mande suspender os trabalhos de construção das “aldeias” previstas na rubrica “Habitação” do Fundo de Infraestruturas (componente principal do projeto de prossecução dos Objetivos do Milénio) até que esteja disponível um estudo cientificamente válido sobre a forma como as populações interagem com aquelas construções e que apresente soluções de urbanização e de uso de materiais de construção com uma muito menor componente importada, nomeadamente os conhecidos “blocos” feitos de cimento. Na sequência desta proposta o valor de 27 milhões de USD previsto na proposta de Orçamento para 2014 deve ser reduzida ao mínimo necessário para a realização do referido estudo e para completar a construção de não mais de 50 casas no total, não devendo ser iniciada a construção de mais nenhuma.”

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO E

1. Conclusões e Recomendações

Face à proposta de OGE para 2014 e após audições com as entidades supra mencionadas a Comissão conduiu e recomenda o seguinte:

Ao Ministério das Obras Públicas

- Considerando por definição que “**Obras Públicas**” são quaisquer obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, limpeza, restauro, adaptação, beneficiação e demolição de bens imóveis, destinadas a preencher, por si mesmas, uma função económica ou técnica, executadas por conta do Estado de Timor-Leste, e que pelo facto de atualmente esta responsabilidade, de implementação e elaboração de projetos estar atribuída a quatro entidades diferentes, o Ministério das Obras Públicas, a CNA, a SGP e a ADN, o que manifestamente tem vindo a causar grande descoordenação das obras do Estado, vem assim esta comissão **recomendar** que seja efectuada a fusão destas quatro entidades no sentido de ser criada uma entidade única, reguladora de todo o setor da construção civil sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, implicando mesmo a reorganização da sua orgânica. Esta entidade que, eventualmente, poderá ser designada por Inspeção Geral de Obras Públicas terá como principal responsabilidade supervisionar todos os projetos e obras das Unidades de Planeamento, para a elaboração de projetos e obras, a serem simultaneamente criadas em cada Ministério. Deverá ainda esta entidade ser dotada de orgânica e regulamentação adequada para a prática das suas funções.
- Considerando que não existem critérios de avaliação da atividade das empresas do setor da construção civil em Timor-Leste, e que atualmente existem quatro entidades autónomas, já referidas, com responsabilidade na gestão do setor, com resultados de qualidade relativa, **recomenda-se** que as **condições de acesso** e permanência nas atividades de empreiteiro de obras públicas e de empreiteiro de obras particulares sejam objecto de **regulamentação**, adequada às novas realidades económicas e sociais, tendo presente que nos processos de formação e celebração de contratos de obras públicas devem imperar os princípios da equidade, da transparência e da modernidade, com especial incidência no equilíbrio das obrigações e dos deveres das partes, salvaguardando a natureza de contratos de direito público.
- As condições de acesso e permanência nas atividades de empreiteiro de obras públicas e de empreiteiro de obras particulares deverão ser reguladas, como descrito anteriormente. Contudo, o acentuado desenvolvimento da atividade da construção, a entrada na atividade de um crescente número de agentes económicos nacionais e estrangeiros deverão obrigar a tomar medidas legislativas, com o objetivo de “credibilizar” as atividades e potenciar empresas sólidas e competitivas face ao mercado público e particular. **Recomenda-se** assim a elaboração de um diploma que abranja um conjunto de medidas legislativas resultantes da necessidade de dotar o setor de um enquadramento coerente com os objetivos acima referidos, numa perspectiva de qualificação dos agentes económicos, com incremento do rigor e da transparência no exame e acompanhamento da atividade da construção, não só no que respeita ao ingresso na atividade, mas também na respectiva requalificação periódica, de forma a ajustar as autorizações concedidas à sua realidade técnica e económico-financeira.

À Secretaria de Estado da Eletricidade

- **Recomenda-se** que o funcionamento das atuais centrais de produção de energia em Hera e Betano que atualmente são abastecidas a gásóleo passem também, provisoriamente a ser abastecidas a óleo pesado, uma vez que no futuro segundo o PEDN serão abastecidas a gás natural liquefeito, permitindo respectivamente uma redução anual nos custos em cerca de 30% e 50%;

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- **Recomenda-se** que se deverá apostar estrategicamente nas energias renováveis, para que se reduza a dependência do exterior permitindo a produção de energias limpas e amigas do ambiente;

À Secretaria de Estado da Água, Saneamento e Urbanização

- **Recomenda-se** que a realização e implementação dos estudos relativos a água e saneamento seja alargada a todas as cidades do país.

À ADN

- **Recomenda-se** a reformulação do setor da habitação de carácter social através da criação de uma entidade reguladora do setor, no sentido da população poder realizar o seu direito a uma habitação condigna. Deverá ser produzido um instrumento legal que permita formalmente minimizar custos na habitação e infraestruturação, estimular novas práticas institucionais e novos modelos de gestão urbanística e territorial. Implicando necessariamente a elaboração de estudos aprofundados que irão desde das tipologias a utilizar até à organização urbanística, atendendo às diferentes especificidades culturais.

Ao Ministério dos Transportes e Comunicações

- **Recomenda-se** o desenvolvimento, ampliação e modernização dos portos e aeroportos do país e ainda criar condições para, através da realização de parcerias público-privadas ou não, a implementação de estaleiros navais principalmente destinados à reparação e manutenção. Melhorar o transporte marítimo com a construção de terminais de passageiros e de carga e a aquisição de equipamentos roll-on-roll-off bem como navios adequados ao transporte de passageiros e de mercadorias;
- **Recomenda-se** ainda que o Ministério proceda a investimentos no sentido da criação de regulação sobre transportes marítimos e navegação, transportes terrestres, transportes aéreos e telecomunicações.

Ao Ministério da Agricultura e Pescas

- **Recomenda-se** que prossigam as obras de construção das infraestruturas de irrigação e aprovisionamento de água em Carau-Ulun, Oebaba, Raibere e Larisula, bem como se proceda à construção e supervisão da irrigação de Tono em Oecussi.

Ao Ministério da Administração Estatal

- **Recomenda-se** que a implementação dos projetos previstos nos programas PDID e PNDS seja executada com coordenação, supervisão e fiscalização, por forma a que sejam finalizados dentro dos prazos e orçamentos previstos e tenham garantias de qualidade.

Ao Ministério da Saúde

- **Recomenda-se** que prossigam as obras de construção do Hospital de Baucau bem como seja efectuada a reabilitação do armazém do SAMES e do Hospital Guido Valadares.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO F

Bazeia ba rezultadu audiencias publikas nebe iha, maka Komisaun “F” hakarak hamosu rekomendasoes ba ministeriu sira hanesan tuir mai:

1. Ministeriu Saude

- Hare’e no analiza ba pakote proposta Orsamentu Jeral Estadu 2014 ba Ministeriu Saude nebe’e hetan orsamentu \$67,217,000 ou representa 4.5% husi total proposta orsamentu jeral estadu 2014. Nune’e Komisaun F, hare katak orsamentu ne’e ladun proporsional liga ho problema real nebe’e ministeriu ne’e enfrenta liu-liu iha parte infraestrutura bazikas saude nebe’e sei menus, sei falta facilidades essensial balun ihaiha hospital no klinikas sira. Nune’e mos prezisa hare di-diak kestaun alokasaun no distribuisaun rekursus humanus (profissional saude) nebe’e foin gradua husi UNTL no sei destaka ba postu saude, sentru saude, no hospital sira iha Timor Laran tomak, liu-liu iha area rural.
- Konsidera katak, kestaun qualidade rekursus humanus ne’e importante tebes iha servisu saude, atu nune’e bele fo assistensia saude ida lolos ho qualidade ba povu, nune’e Komisaun F husu ba Ministeriu Saude atu halo formasaun ida kontinua ba pessoal saude sira iha idak-idak nia area espesializasaun, no mos formasaun intensiva kona ba etika profissional servisu saude nian, nune’e sira bele hala’o servisu saude ho qualidade.
- Depois de implementasaun regime carreira especial ba profissionais saude hodi bele assegura sira nia direitu salarial tuir grau no tarefa servisu ida-idak nian, nune’e Komisaun F husu ba Ministeriu Saude, atu halo kontrola no akompanhamentu ida intensivu ba implementasaun regime carreira especial ne’e, atu nune’e bele asegura efetividade prestasaun servisu husi profissional saude sira tuir grau no tarefa servisu nebe’e iha.
- Hare ba kazu HIV/SIDA nebe’e kontinua aumenta iha rai laran, nune’e Komisaun F preukupa no husu ba governo liu husi ministeriu saude atu kria enkuadramentu politika no estratejia ida kompreensivu hodi prevene kazu moras ne’e, liu husi programa edukasaun ba prevensaun, konsensializa kona ba teste ran voluntariu, advokasia, konsulta no tratamentu intensivu ba pasientes sira nebe’e hetan moras ne’e inklui pakote assistensia sosial ba sira.
- Komisaun F mos husu atu ministeriu tau atensaun ba diresaun servisu ministeriu nian nebe’e foka ba prevensaun moras HIV/SIDA atu nune’e bele fasilita sira nia servisu atu hetan dadus konkretus ba kazu moras ne’e, no oinsa bele halo estratejia ba prevensaun no tratamentu ba sira nebe’e pozitivu ona hetan moras ne’e.
- Hare ba kondisaun real iha Timor laran tomak, katak iha fatin barak, liu-liu iha area rural, seidak iha konstruksaun ba infraestruturas bazikas saude nian, hodi sai fatin ba tratamentu saude povu nian, nune’e Komisaun F husu ba governo atu asselera kontruksaun infraestrutura bazika saude nian ho nia facilidades atu fasilita servisu tuir planu ida nebe’e integradu hodi garante servisu saude ida nebe’e bele responde duni problema nebe’e povu enfrenta, liu-liu asselera kontruksaun ba hospital, sentru saude, klinikas no postu saude sira nebe’e tama ona iha planu no aloka ona orsamentu.
- Konsiente no hare ba realidades nebe’e iha katak ambulansia sai hanesan nessesidades ida importante no urjente hodi atende kazu moras sira nebe’e ho karakter urjente, liu-liu ba sira nebe’e iha area rural, nune’e Komisaun F kontinua ejize ba Ministeriu Saude atu hare ba kestaun ambulansia, hodi koloka iha hospital no sentru saude sira, tamba ambulansia sira nebe’e agora dau-daun iha mai husi doasaun no laiha kondisaun diak ona no ate balun paradu ou a’at ona; nune’e mos komisaun husu atu kria jestaun ida efektivu ba manutensaun ambulansia.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Serviços Autónoma de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES) nudar ajensia governu nian nebe'e tau matan ba fornimentu aimoruk no ekipamentus saude ba Hospital no sentru saude to'o klinikas no postu saude sira iha rai laran. Agora dau-daun SAMES enfrenta problema em relasaun ho kestaun jestaun administrasaun. Liu tan ida ne'e Komisaun F preukupa mos ho kestaun stock out aimoruk iha SAMES nebe'e atinji 47%, ne'e grave tebes, nune'e husu ba parte ministeriu atu buka meius posivel hodi halo kompra urjente ba aimoruk sira nebe'e presiza tebes, ho kondisaun katak kompra **tenki halo ho jestaun kuantifikasaun medikamentus bazeia ba nesesidades**. Tanba ne'e, Komisaun F, rekomenda ba governo liu husi Ministeriu Saude, atu rezolve situasaun ne'e ho dalan hadi'a politika no jestaun administrasaun Serviços Autónoma de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES), atu nune'e bele assegura nia funsionamentu hodi garante akuizisaun no distribuisaun ida efektivu ba medikamentus no ekipamentus saude ba hospital, sentru saude, klinikas, no postu saude iha Timor laran tomak.
- Husu mos ba Governu, especialmente Ministeriu Sauda atu konsidera planu ba novo konstrusaun edifisiu SAMES, atu nune'e bele facilita efetivamente servisu SAMES.
- Komisaun F husu mos ba Ministerio Saude atu tau atensaun maximu ba estudantes medisina sira, liu husi koordenaun servisu ida metin entre parte ministeriu no universidade (UNTL), nune'e bele assegura prosesu dezenvolvimentu kapasidade rekursus humanus nebe'e adekuada iha area saude.
- Ministeriu Saude, liu husi servisu Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV), atu aplika requezitos ida klaru liu husi seleksaun mediku nebe'e objektivu no imparcial kona ba konsulta iha rai liur, tamba iha implikasaun bo'ot ba orsamentu estadu. Komisaun F mos rekomenda ba governu atu kontrata doutor especialista sira husi liur atu atende moras sira nebe'e presiza kuidadus especializadus atu hamenus haruka pasiente ba liur, no iha tempu nebe'e hanesan komesa prepara da-daun rekursus humanus no facilidades iha rai laran, hodi ikus mai la presiza tan halo konsulta referal ba liur.
- Bazeia ba konsulta referal nebe'e agora halo dau-daun, governu liu husi ministeriu saude presiza identifika ona prioridades ba formasaun especialista no estabelesimentu facilidades no ekipamentus saude hodi halo konsulta ba moras especial sira, nune'e bele diminui gradualmente konsulta referal ba liur.
- Hare katak Hospital Nasional Guido Valadares (HNGV) nudar unika hospital nasional, hodi halo atendimentu saude ba publiku inklui simu pasientes sira nebe'e refere husi hospital distritus ou hospital referal sira, tanba ne'e hospital ne'e tenki iha kondisaun nebe'e diak em termus facilidades no rekursus humanus, ho nune'e Komisaun husu ba Ministeriu Saude atu investe maka'as ba Hospital Nasional Guido Valadares (HNGV).
- Husu ba Ministeriu Saude atu iha koordenaun ho ADN no Ministeriu Administrasaun Estatal liu-liu relaciona ho projektu infra-strutura nebe'e kobre ba Ministerio da Saude, especialmente projektu sira iha distritos.
- Husu ba Ministeriu Saude kontinua superviziona projetu konstruksaun ba Hospital Referal Baucau nebe'e seidak remata.
- Husu ba Ministeriu Saude atu tau atensaun maka'as liu husi politika ida integrado ho orsamentu nato'on ba pakote saude materna.
- Husu ba Ministeriu Saude atu iha alokasaun orsamentu nato'on ba kestaun nutrisaun tanba tuir dadus nebe'e iha hatudu katak labarik barak sei enfrenta mal-nutrisaun.
- Tuir dadus hatudu katak, malaria no dengue sai moras ho numeru kazu nebe'e a'as iha Timor Leste, nune'e Komisaun husu ba ministeriu atu tau atensaun maka'as liu husi alokasaun pakote orsamentu ida proporsional hodi atende kazu ne'e.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Husu ba Ministeriu Saude atu hala'o edukasaun saude ida intensivu liu husi eskola, sentru komunitaria, familias, no liu husi media kona ba importansia kuidadus saude, liu-liu kuidadus saude primaria.
- Hare ba kazu mortalidade bebe foin moris nebe'e a'as tamba barak la hetan assistensia medika, nune'e Komisaun F husu atu ministeriu halo advokasia no fo informasaun nebe'e klean ba sosiedade kona ba vantajen husi tratamentu mediku ba inan isin rua to'o partus.
- Komisaun F, husu atu tau atensaun maka'as ba ezistensia no pratikas klinikas privadas atu nune'e klinikas sira ne'e bele tuir padraun kah standar saude nebe'e estadu (governu) estabelese ona, nune'e atu tau atensaun maka'as mos ba doutor no enfermeirus sira nebe'e funsionarius estadu maibe halo nafatin pratika privadu nebe'e bele hamosu konflitu interese barak.
- Komisaun F, husu ba ministeriu saude atu estabelese laboratoriu ida hodi teste material konsumaveis (hahan no bebidas), atu nune'e bele identifika kontaminasaun materias kimikas sira nebe'e bele fo perigu ba ema nia moris.
- Husu mos ba ministeriu saude atu tau atensaun nebe'e hanesan ba profesionais saude hotu, tuir nia espesializasaun, grau, no tarefa servisu, sem halo diskriminasaun, liu-liu parte husi enfermeira no parteira nebe'e sente ladun hetan atensaun justu husi parte ministeriu saude kompara ho mediku.
- Husu ba ministeriu atu konsidera apoiu transporte ba parteira sira, liu-liu iha area rural hodi fo konsulta ba inan isin rua no atende partus sira.
- Husu ba ministeriu atu intensiva no hadi'a diak liu tan rede koordenaun servisu entre diresaun nasional, distritu to'o baze, nune'e andamentu servisu sira bele hatan duni ejijensia povu nian, liu-liu relasiona ho atendimentu servisu saude.
- Kona ba bolsa estudu ba saude, ministeriu presiza estabelese prossesu sira hotu ho transparansia, objetivu, no la diskriminativu, nune'e ema nebe'e selesiona hodi hetan bolsa estudu ne'e prienxe duni rekeztus lolos nebe'e hatur ona.
- Husu mos ba Ministeriu Saude, atu kontinua halo kooperasaun saude ho nasaun seluk, atu bele aprende boas praticas iha servisu saude, no mos hala'o kooperasaun ida mutua no objetivu ba kapasitasaun no formasaun rekursus humanus iha area espesialidade saude, liu-liu ba area sira nebe'e konsidera importante.
- Husu Ministeriu Saude atu fortifika programa SISCa, tanba bele oferese konsultas no tratamentu saude direktamente ba baze; nune'e mos atu konsidera sistema mediku familia (atu familia sira hetan atensaun fokus husi mediku).
- Husu ba Ministeriu Saude, atu komesa hare no konsidera kona lei ou regulamentu nebe'e relasiona ho mediku alternativa, tanba agora dau-daun ejista barak iha Timor.
- Ministeriu Saude, presiza halo iniciativa lejislasaun kona tabaku no alkohol, tanba materia rua ne'e implika moras barak.

2. Ministériu Edukasaun

- Edukasaun hanesan seitor xave ba dezvoltamentu nasaun nian, tanba liu husi edukasaun maka bele forma ema ho kualidade em termus kapasidade intelektual no mental hodi kontribui no sai autor prinsipal ba dezvoltamentu nasional. Atu iha edukasaun nebe'e kualidade presiza iha planeamentu ida koprehensivu no rekursus nebe'e nato'on hodi fo apoio ba iniciativa no plano sira nebe'e trasa ona iha seitor edukasaun. Nune'e hare ba pakote orsamental nebe'e aloka ba Ministeriu Edukasaun iha tinan 2014 nebe'e ho nia montante 106,618,000 ou reprezenta 7.1% husi total proposta orsamentu jeral estadu 2014

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

nian, Komisaun F hare katak orsamentu ne'e ladun refleta di-diak realidades problema nebe'e ministeriu enfrenta, tanba iha problemas no lakunas barak mak sei presiza hetan atensaun maka'as husi governu, liu-liu hare ba infraestruturas bazikas, tanba iha fatin barak seidak iha edifisiu eskola, sei falta sala de aula, seidak iha facilidades suficiente, no mos rekursus humanus (professores) seidak nato'on hodi kobre eskola hotu iha rai laran. Tanba ne'e Komisaun F, husu ba Governo atu tau edukasaun sai hanesan prioridade, liu husi alokasaun orsamentu ida proporsional no nato'on hodi responde ba problemas no lakunas sira nebe'e eziste.

- Bazeia ba relidades no dezafiu nebe'e Timor-Leste sei hasoru iha area edukasaun, nune'e husu ba Ministeriu Edukasaun, presiza dezenvolve no halo kontrola no halo avaliasaun intensivu ba implementasaun politika ensinu iha nivel edukasaun hotu (husi infantil to'o ensino superior); hodi hatan kestaun sira nebe'e kontinua sai problema, hanesan; Infraestrutura bazika, numeru professor kualifikadu nebe'e limitadu (tuur area especializasaun); jestaun administrasaun ba actividades no facilidades eskola, jestaun adaptasaun ba mudansa politika iha sistema edukasaun relasiona ho kontiúdu kurikulum no língua ne'ebé uza hodi hanorin, tanba, aktualmente, lingua mos sei sai preokupasaun ba profesór sira hodi uza iha prosesu aprendizajen tanba iha area especializasaun sira, professor barak mak nia nivel kuñesimentu ba lian Portugés la-suficiente, hodi transfere konhesimentu ba alunus.
- Husu ba Ministeriu Edukasaun atu kontinua monitoriza no avalia programa formasaun ba profesores atu nune'e rezultadu husi formasaun ne'e bele tuir duni planu no metas nebe'e ita hotu hein. Liu tan ida ne'e, husu atu aumenta numeru formador hodi kobre to'o iha distritu ou sub-distritu hodi demenui mobilizasaun profesores sira hosi hela-fatin ba fatin formasaun.
- Merenda eskolar nudar pakote alimentasaun ida hodi suporta labarik sira nia nutrisaun, maibe iha realidade hatudu katak kestaun ne'e (merenda eskolar) kontinua sai problema iha fatin balun, liu-liu iha kestaun distribuisaun no kualidade ai-han ne'ebe ladun diak tanba kestaun orsamentu ba kada alunu \$0.15 deit, nune'e labele fo duni biban atu prepara aihan ho kualidade diak; no agora dau-daun mosu tan kestaun kona ba ema nebe'e mak sei jere merenda ne'e (fornesidor lokal). Tanba ne'e, Komisaun F husu ba Ministeriu Edukasaun atu estabese prosedimentus distribuisaun nebe'e diak no oinsa andamentu preparasaun no se mak sei jere, nune'e ikus mai bele rezulta pakote merenda eskolar ida nebe ho nutrisaun diak atu nune bele tulun duni labarik sira nia saude hodi enfrenta processo aprendizajen.
- Ministeriu presiza hare di-diak no halo avaliasaun ba jestaun konsesoens eskolar, atu nune'e subsidiu refere bele uja duni ba nessesidades eskola hodi fasilita prosesu aprendizajen ida nebe'e efektivu.
- Saneamentu baziku nudar pakote ida importante no tenki integra kedas iha planeamentu konstruksaun edifisiu eskola sira, tanba ne'e, husu ba Ministeriu Edukasaun atu halo plano ida ho koordinasaun linha ministerial kona ba garante acesso saneamentu baziku inklui be mos ba eskola hotu iha Timor laran tomak.
- Iha tinan ne'e (2013), governu liu husi Ministeriu Edukasaun halo ona kompromisiu hodi rezolve kestaun professores voluntariu, nune'e Komisaun husu ba Ministeriu Edukasaun kontinua monitoriza no halo avaliasaun objektivu ba prosesu sira hotu nebe'e relasiona ho prosesu rekrutamentu professores voluntariu sai professores definitivu. Liu tan ida ne'e, husu atu avalia no kria fali baze de dados foun hodi identifika lolos ejistensia no estatuto professor sira, atu nune'e fo dalan no solusaun justu ba implementasaun regime carreira especial.
- Professores sira nebe'e servisu iha area rural, hasoru situsaun defisil kompara ho sira nebe'e iha sidade, tanba sira susar atu assesu ba kualker rekursu, tanba ne'e Ministeriu Edukasaun presiza tau atensaun ida especial ba profosores sira ne'e, liu-liu oferese subsidiu addisional ba sira nudar jestu motivasaun.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Relaciona ho projektus fizikas (infraestrutura) ministeriu edukasaun nian, husu ba ministeriu edukasaun atu iha koordinasaun ida diak ho Ministeriu Administrasaun Estatal (MAE) nebe'e responsavel ba projektu sira iha distritu inklui projektu edukasaun no mos koordinasaun ho Agencia de Desenvolvimento Nacional (ADN) nebe'e nudar ajensia governu nian ho nia kna'ar atu supervizona kualker projetus fizikus estadu nian husi nivel nasional to'o distritus sira.
- Husu ba Ministeriu Edukasaun atu kontinua halo kooperasaun politika no teknika ho nasaun sira seluk, iha area kapasitasaun no formasaun rekursus humanus iha area edukasaun, liu husi kria kuadru legal kooperasaun ba formasaun no kapasitasaun iha area especialidades nebe'e identifika liu husi estudu ida klean nudar prioridade.
- Husu ba Ministeriu Edukasaun em koordinasaun ho Ministeriu Solidaridade Sosial atu hare no konsidera kona ba atribuisaun bolsas estudus ba martires da patria (veteranus) nia oan sira.
- **Politika Bolsa Estudu;** *Politika bolsa estudo, tenki mai ho identifikasaun prioridades ho metas nebe'e mai ho rekeztos nebe'e lolos no transparente, atu nune'e rezultadu nebe'e mai bele hatan duni nessesidades nebe'e ejiste. Ministeriu Edukasaun, presiza hametin no haforsa kriteriu seleksaun ba bolseiru estrangeiru atu nune'e bele hetan kandidatu bolseiru nebe'e qualidade diak no bele priense duni rekeztus bolsa estudo no ikus mai bele remata estudu ho susesu; nune'e mos iha andamentu prosesu estudu presiza halo supervizaun no monitorizasaun kontinua ba progressus estudantes iha sira nia estudu (presiza halo auto avaliaun ba aproveitamentu estudante sira nian).*
- *Montante bolsa tenki bazeia ba kustu vida no tenki inklui nessesidades real eskola nian, hanesan livru, pratika, teze, inklui seguru saude no seluk tan, nune'e mos atribuisaun bolsa tenki halo tuir tempu lolos, atu nune'e la prejudika bolseiru sira nia prosesu aprendizajen*
- *Presiza hare di-diak "Regime de Atribuição de Bolsa de Estudo no Estrangeiro", karik iha possibilidades ba revizaun bazeia ba kondisaun aktual.*
- *Programa bolsa estudo iha estrangeiru, tenki konsidera kestaun kompetensia lingua, especializasaun, no adaptasaun kultura, atu nune'e bele fo espetativa ida a'as ba rezultadu estudu.*
- *Bolsa estudo ba estrangeiru tenki konsidera mos representasaun husi distritu, atu nune'e bele prepara rekursus humanus adekuada iha distritus hodi hasoru programa governasaun lokal (munisipiu).*
- Hare ba realidade katak ema adultu barak mak seidak bele le'e no hakerek iha fatin barak iha distritus sira, nune'e Komisaun enkoraja Ministeriu edukasaun atu kontinua implementa politika edukasaun não formal, liu-liu programa alfabetizasaun.
- Komisaun F husu ba Ministeriu Edukasaun katak, pakote konstruksaun ba Ensino Secundário tenki completa kedan ho laboratoriu, biblioteca, facilidades desporto no fatin pratika multidisiplinares, atu nune'e estudante sira laos deit hetan teoria, maibe bele fo espasu ba sira halo pratika akademika no mos actividades extrakurikuler hodi expressa sira nia kapasidade intelektual no mos bele desenvolve talenta nebe'e sira iha. Tamba ne'e, presiza iha koordinasaun ida diak entre Ministeriu Edukasaun ho parseiru desenvolvimentu sira nebe'e fo apoio ba servisu edukasaun, liu-liu relasiona ho apoio financeiru.
- Komisaun F, husu ba Ministeriu Edukasaun atu hare di-diak kona ba planu no prosesu implementasaun televizaun edukasaun hodi bele sai fonte eduksaun ba povu iha area rural.
- Realidades hatudu katak estudantes Timor oan nebe'e estuda iha indonesia sempre enfrenta problemas Vistu no KITAS nebe'e implika estudantes balun tenki haruka fila, tanba ne'e Komisaun rekomenda ba Ministeriu Edukasaun em koordinasaun servisu ho Ministeriu Negosiu Estrangeiru atu hetan dalan hodi rezolve problemas nebe'e estudantes sira ne'e hasoru.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- **Servisu Adidu Edukasaun;** Ministeriu Edukasaun em kooperasaun ho Ministeriu Negosiu Estranjeiru, presiza tau kondisaun ida sufisiente em termus rekursus humanus no facilidades suporta ba servisu adidu nian hodi atende kentaun hotu nebe'e relasiona ho assuntus estudantes iha estranjeiru.
- Adidu ba servisu eduksaun tenki ema nebe'e konhese diak realidades, kondisaun, no sistema iha nasaun nebe'e nia servisu ba , liu-liu sistema edukasaun atu nune'e bele facilita estudantes sira ho diak, no mos tenki halo relasaun institucional nebe'e diak.
- **Especialmente servisu adidu edukasaun iha Indonezia,** presiza aumenta rekursus humanus no rekursus facilidades tanba area Indonezia luan, no estudantes Timor aon namkari iha fatin barak, nune'e atu facilita diak liu servisu hodi atende estudante sira, presiza estabelese pontu fokal adidu edukasaun iha fatin kah provinsia sira nebe'e akumula estudantes barak.
- **Kona ba konflitu entre estudantes** nebe'e mai ho motivu artes marsiais to'o rezulta estudantes balun kanek no balun to'o mate; nune'e husu ba servisu adidu edukasaun ho maneira possivel buka koordena ho embaixada atu buka dalan legal hodi rezolve no koordena ho autoridade competente nasaun rua atu buka solusaun ida diak no la prejudika seguransa estudantes sira nian no la fo imajen nebe'e ladiak ba Timor.
- Husu mos ba Ministeriu Edukasaun atu fo apoiu, liu husi estabelese no hametin Assosiasaun Estudantil Timor nian iha estranjeiru, nebe'e sai sombriña atu akumula estudantes Timor oan sira hodi hametin espirtu nasionalismu no fraternal entre Timor oan; nune'e mos apoiu fundus ba iniciativas estudantes sira hodi hala'o atividades extra-kurikular, hanesan apresentasaun kultural, kria diskusaun akademika, no atividades seluk tan iha eventu balun, liu-liu iha komemorasaun loron nasional Timor-Leste nian.

3. Ministeriu Soliedaridade Sosial

- Ministeriu Soliedaridade Sosial (MSS) hetan alokasaun orsamentu ba tinan 2014 ho nia montante \$146,663,000 ou representa 9.8% husi total Orsamentu Jeral Estado 2014. Komisaun F hare katak orsamentu ne'e bo'ot tebes, no kategoria transferensia mak hetan kedas \$139,425,000 ou representa kedas kuaze 95% hodi atende pagamentu ba veteranus no idiozus. Tanba ne'e husu ba Ministeriu Soliedaridade Sosial, atu jere orsamentu estado ho transparansia no tuir lolos prosedimentus legais hodi fo assistensia sosial ida digno ba povu liu-liu ba sira nebe merese hetan.
- Relasiona ho audiensia publika entre Komisaun F ho MSS kona ba projetu Kapital Dezenvolvimentu iha Ministeriu Solidariedade Sosial nebe'e presiza tan halo reapropiasaun ba tinan 2014, atu bele finaliza projetu sira ne'e ho diak, nune'e, husu ba Governu atu konsidera iha orsamentu projetu reapropiasaun nebe'e ho nia montante US\$ 766,151.25, detalha husi projetu sira ne'e ami inklui iha anexa.
- Hare ba kestaun veteranus nebe'e continua sai problema, liu-liu iha verifikasaun dadus, nune'e husu ba Ministeriu Soliedaridade Sosial liu husi Secretaria Estado Antigus Kombatentes ho Komisaun Homenajen atu tau atensaun ida maximu ba prosesu tomak rekolha dadus hodi fo valorizasaun nebe'e justo no kredivel ba veteranus sira tuir lei haruka.
- Bazeia ba "*Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional*", Estado Timor-leste rekonhese frente tolu iha luta libertasaun nasional mak; frente armada, clandestina ou diplomática. Nune'e bazeia ba vizita enkontru ho entidades Timor oan balun iha estranjeiru nebe'e mos partisipa iha luta libertasaun nasional, atu estado liu husi orgaun sira nebe'e tutela ba assuntus veteranus (Sekretaria Estado Assuntus Veteranus no Komisaun Homenajen), atu ho forma konkretu tuir dalan legal atu halo prosessu ba rekonhesimentu no valorizasaun ba Timor oan sira nebe'e fo kontribuisaun ba luta libertasaun nasional liu husi dalan diplomatiku, nune'e mos rekonhese ema kah instituisaun estranjeira sira nebe'e aktivamente fo kontribuisaun durante tempu luta.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Komisaun F rekomenda ba Ministeriu atu tau kondisaun ida digno ba Komisaun Homenagen hodi hari'i edifisiu sekretariadu no mos transporte (Hi-Lux 4) ba Komisaun Homenajen nian, atu nune'e Komisaun ne'e bele servisu ho diak atu atende no tau matan ba kestaun tomak nebe'e relasiona ho valorizasaun ba veteranos.
 - Komisaun F husu ba Ministeriu Soliedaridade Sosial atu iha koordinasaun ho Ministeriu Edukasaun atu hare kona ba assunto bolsa estudo ba martires veteranus nia oan, nune'e mos ho Ministerio Saude atu hare kona ba tratamento saude veteranus sira nian iha rai laran no rai liur hodi nune'e bele dignifika sira.
 - Komisaun F husu ba Ministeriu Soliedaridade Sosial liu husi Sekretaria Estadu Seguransa Sosial atu tau atensaun ba pagamentu idosos no invalidos nebe'e kontinua sai polemika iha povu nia le'et, tamba hetan erros balun hanesan falsifikasaun dokumentus.
 - Husu ba Ministeriu Soliedaridade Sosial liu husi Sekretaria Estadu Dezastre Naturais e Assistensia Sosial (SEDNAS), atu iha pakote planeamentu ida diak kona ba oinsa prevene risku dezastre naturais no oinsa iha preparasaun ida diak hodi responde dezastre no bele minimiza impaktus negativus ba ema nia moris; nune'e mos prezisa jestaun ida diak kona ba apoiu humanitaria iha tempudezastre to'o faze rekoperasaun no reintegrasaun. Hare ba proposta OJE 2014 ba SEDNAS, espesialmente iha Diresaun Nasional Jestaun Dezastre iha orsmentu hamutuk US\$ 4,137,000.00 nebe'e sei inklui mos pagamentu ba 800 ital beneficiarius iha 2013, hare katak orsamentu ne'e insufisiente. Tamba ne'e, Komisaun F husu ba Governu atu kria fundus espesial hodi atende karik iha dezastre naturais nebe'e ho volume bo'ot.
 - Husu ba Ministeriu atu tau mos atensaun maka'as ba trabalhadores sira iha rai laran, liu husi kria no garante sistema seguransa sosial ida nebe'e bele fo duni direitu digno ba trabalhadores sira.
 - Komisaun F, husu ba Ministeriu soliedaridade sosial atu iha koordinasaun interministerial hodi fornese carro funeral ho kaixaun mate nian atu apoio ema vulnerabel ou kbi'it laek sira.
 - Husu ba Ministeriu atu tau atensaun maximu ba grupo fulneravel sira atu fo kondisaun sosial ida dignu, espesialmente aleizadus no mos sira nebe'e moras ho karakter tratamentu permanente (ezemplu pasiente moras HIV-SIDA) nune'e mos uma mahon ba inan feton sira nebe'e hetan abuzu violensia sexual ou violensia bazeia ba jeneru.
 - Ministeriu prezisa avalia no kontinua monitoriza konstruksaun no konservasaun ba monumentu no osoariusira (inklui kaisaun no facilidades sira seluk) iha distritus, nune'e bele iha duni sentidu klean ba dignifikasaun Martires da Patria nian; tanba tuir realidade nebe'e mak ami observa katak monumentu no osoario balun nia kondisaun ladun diak.
 - Ministeriu prezisa hare di-diak kestaun atribuisaun bolsa da mae, atu nune'e bele fo duni ba ema nebe'e merese.
- 4. Sekretaria Estadu Juventude i Desportu**
- Sekretaria Estadu Juventude no Desportu (SEJD) hetan alokasaun orsamentu ba tinan 2014 hamutuk \$7,470,000 ou representa 0.50% husi total orsamentu jeral estadu 2014. Kompara ho tinan kotuk (2013), SEJD hetan deit \$4,815,000. Nune'e kompara ho tinan 2013, ba tinan 2014 SEJD sei hetan aumenta kuaze \$2,655,000 ou aumenta 55% .
 - Komisaun F, rekomenda ba Sekretaria Estadu Juventude no Desportu atu iha enkuadramentu politika ida nebe'e hatan necessidade jovensira nian espesialmente programa dezvoltimentu kapasidade joven sira iha area oi-oin (Kapasitasaun no Formasaun) nebe'e kontinua.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Komisaun F, husu mos katak tenki iha politika dezenvolvimentu nebe hanesan ba ramo desportu oi-oin (apoio ba federasaun desportivas sira) atu nune'e dezenvolvimentu desporto la foka deit ba area ida.
- SEJD mos tenki fo atensaun maka'as ba grupu arte sira (Muzika, artezenatu, no seluk tan), liu husi fo apoio orsamentu atu sira dezenvolve diak liu sira nia kapasidade.
- Husu ba Sekretaria Estadu, atu halo koordinasaun ida diak entre servisu juventude e desporto nivel nasional, distrital to'o suku, tanba tuir realidades barak hatudu katak laiha linha koordinasaun servisu ida diak.
- Komisaun F rekomenda ba Sekretaria Estadu atu tau orsamentu hodi hari'i infraestrutur desporto iha ramo oi-oin ho nia facilidades sira, atu nune'e bele fo oportunidade ba joven sira atu expressa sira nia talento.
- Komisaun mos rekomenda ba Sekretaria estadu atu tau atensaun ba sentru juventude iha suku sira, liu-liu prepara lider juventude sira kona ba jestaun administrasaun atu nune'e sentru sira ne'e bele funsiona ho efektivu.
- Husu ba Sekretaria Estadu, atu aloka orsamentu hodi apoio servisu komite 12 Novembru iha eventua ke'e mate ruin ho seluk tan.
- Husu parte Sekretaria Juventude Desportu atu efektivamente servisu hamutuk ho Ministeriu edukasaun atu integra parte desportu iha eskola sira ho efetiva atu nune'e bele hamosu fini desportu nian husi foin sae sira nia le'et.
- Espesialmente ba futebol, Timor-Leste hetan prestasaun lubuk ida nebe'e hamorin Timor nia naran, maibe tuir ami nia observasaun katak ladun iha motivaun no apoio maximu husi governu ba ekipa futebol sira ne'ebe agora dau-daun ejiste no ba joga iha liur lori Timor-Leste nia naran. Nune'e, husu atu SEJD fo apoio nebe'e adekuada ho kondisaun minimu atu apoio FFTL hodi organiza jogador ba patisipa iha eventus nasionais no internasionais.
- Nune'e, atu lori futebol Timor Leste sai ramo desportu nebe'e avansa tuir estandar internasional (estandar FIFA), estadu liu husi governu, presiza insentiva Federasaun Futebol Timor Leste atu hamoris liga futebol nasional. Vantajen husi establesimentu liga ne'e mak; Atu hetan fini ba talentu futebol iha joven sira nia le'et; Motiva no insentiva grupu futebol sira nebe'e eziste ona; Professionaliza jestaun klubu sira nebe eziste, atu jere tuir padraun futebol nebe'e lolos (estandar FIFA).
- Atu bele realiza eventua futebol liga nasional, no minimo, governo tenki investe ona atu konstroe kampu (estadiu futebol), iha distritu sira ho kondisaun favorabel, atu fo biban hodi hala'ao kompetisaun sira iha nivel distritu. Konsidera katak, projetu bo'ot sira halao husi ADN, nune'e husu atu iha koordinasaun entre parte ADN ho SEJD ba konstrusaun estadiu, liu-liu konstrusaun refere tenki konsidera padraun ou estandar husi FIFA.
- Hare ba facilidades transportes nebe dala barak sai preokupasoens ba Federasaun Futebol Timor Leste (FFTL), liu-liu futebolistas sira, maka Komisaun F husu ba Governu atu tau iha konsiderasaun ba kompra carro (bus) unidade 1 hodi fasilita jogadores sira nia movimentu.

5. Sekretaria Estadu Promosaun Igualdade

- Komisaun F hare katak orsamentu ba Sekretaria Estadu Promosaun Igualdade minimu tebes ou representa deit kuaze 0.10% husi total proposta orsamentu estadu 2014, tamba ne'e komisaun rekomenda ba governo atu aloka orsamentu ida nato'on ba sekretaria estadu ne'e atu bele hala'o actividades nebe'e planeia, liu-liu relasiona ho assunto sira nebe'e sensivel ba jeneru.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Komisaun F, husu SEPI, atukontinuahala' oaprosimasaun ho orgaunestadutomak (liu-liu ministeriu sira), atu akonselha no sensibiliza assuntu igualdade jeneru iha nivel servisu hotu no iha sosesidade nia le'et husi nivel nasional to'o area rural.
- Husu ba Sekretaria Estadu Promosaun Igualdade Jeneru, atu kontinua halo promosaun kona igualdade assesu iha seitor hotu-hotu, no fortalese papel feto iha vida politika iha sosiedade.
- Kontinua halo sosializasaun ida maka'as ba sosiedade kona ba lei kontra violensia domestika, no fo advokasia ka edukasaun sivika liu husi familia, eskola, no media sira.
- Husu ba Sekretaria Estadu, atu iha koordenasau servisu ho parte polisia, tribunal no saude liga ba rezolusaun kazu violensia domestika.
- Husu ba Sekretaria Estadu atu iha programa ida integradu atu fo apoio no asegura grupo vulneraveis sira, liu-liu grupo feto rural atu halao sira nia aktividade ekonomika ida sustentavel, tanba hare ba realidade, hatudu katak feto barak mak moris ho rendimentu ki'ik tebes.
- Komisaun F husu atu halo konsensializasaun ida maka'as liu husi edukasaun sivika, atu enkoraja feto sira bele partisipa iha vida politika.
- Komisaun F rekomenda mos ba Sekretaria Estadu atu halo advokasia ba instituisaun estado tomak kona ba orsamentu nebe'e sensivel ba jeneru.
- Komisaun F, husu ba governu atu aloka orsamentu ida nato'on hodi fo kondisaun servisu ida digno ba sekretariadu servisu Komite CEDAW, atu nune'e bele hala'o nia servisu ho diak, tanba sekretariadu servisu Komite CEDAW ne'e reprezenta estadu Timor Leste iha rai liur ba assuntu jeneru.
- Husu atu SEPI kontinua hametin parseria ho organizasaun feto sira no sosiedade sivil, atu servisu hamutuk iha aksaun konkreta hodi sensibiliza assuntu igualdade jeneru iha sosiedade nia le'et, no mos organizasaun internasional sira nebe'e luta ba assuntu igualdade jeneru,
- Rekomenda ba SEPI atu kria diskusaun sira hodi hetan opiniaun publika, depois sensibiliza kestaun no ikus mai dezimina informasaun sira relasiona ho kestaun igualdade jeneru, atu ema hotu familiar ho assuntu ne'e.
- Rekomenda atu SEPI halo aproximasaun nebe'e forte ba instituisaun estadu tomak atu hare ba planu orsamentu no planu assaun nebe'e sensivel ba jeneru (responde nessesidade feto no mane) iha OJE.

6. Universidade Nacional Timor Lorosa'e (U N T L)

- Husu ba Governu atu defini di-diak estatutu UNTL, iha termus kompetensia administrativa no finanseira.
- Komisaun F, husu atu iha koordenasau servisu ida diak entre UNTL ho Ministeriu Edukasaun, liu-liu ba aktividades akademikas sira nebe'e iha implikasaun bo'ot ba orsamentu.
- Husu atu UNTL, wainhira halo kontratu servisu professional nivel internasional tenki iha koordenasau ho governu liu-liu Ministeriu Edukasaun tanba iha implikasaun ba orsamentu, liu-liu relasiona ho salariu professor internasional sira
- Agora dau-daun programa mestradu iha UNTL paradu, tanba ne'e husu ba parte relevante, liu-liu ministeriu edukasaun ho UNTL rasik atu buka dalan propriu hodi rezolve.
- Husu ba Ministeriu Edukasaun ho UNTL, hare no karik possivel halo revizaun ba parte balun husi kurrikulu UNTL nebe'e la kondis ho Timor-Leste nia kontestu, no hare mos kona ba prosedimentus administrativus, no kontinua hadi'a qualidade rekursus humanus no oinsa bele ajusta sira nia estatutu tuir grau no tarefa servisu nebe'e mak define ona.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

RECOMENDAÇÕES GMPTL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

1. Considerando a importância da igualdade de género, e observando que o Ministério da Saúde não têm em conta todas as recomendações da SEPI durante o processo de revisão do orçamento, o GMPTL F enfatiza as obrigações decorrentes da Resolução do parlamento Nacional 12/2010 de 19 de Maio, 2010 (Ver Anexo XIV) e, portanto, recomenda-se que todos os planos anuais de 2014 têm que levar em conta o seguinte:
 - i. Todos os planos devem estipular objetivos para a capacitação, formação, recrutamento, bolsas de estudo etc. das mulheres, com uma recolha de dados que deve ser desagregada por sexo;
 - ii. O plano anual tem que ser sensível ao Género. Tem que responder às necessidades das mulheres e dos homens;
 - iii. O programa tem que facilitar o acesso aos serviços públicos para homens e mulheres.
 - iv. O Plano deve incluir atividades para o Plano Anual Nacional sobre Violência baseada no Género;
 - v. O plano anual deve incluir formação para o pessoal, seu assessoramento e prover um grupo do trabalho de Género para assegurar que o plano é sempre a ele sensível.
2. Reconhecendo as dificuldades que o ministério da Saúde ainda esta enfrentando com relação à construção da sua capacidade e conhecimento técnico, o GMPTL incentiva o ministério da saúde a garantir a conformidade com os planos anuais e recomenda-se que a implementação do referido plano deverá ser monitorizada e avaliada, a fim de avaliar o seu progresso e que indicadores razoáveis tangíveis devem ser estabelecidos a fim de medir o progresso das atividades em intervalos chave ao longo do ano fiscal de 2014.
3. Reconhecendo a importância de alcançar os ODMs e o compromisso do governo para prestar cuidados de saúde universal para todos, e consciente que 30% da população ainda não tem acesso a centros de saúde, O GMPTL insta o Governo a acelerar a construção de Infraestruturas básicas de saúde, especialmente nas áreas rurais. Insta também o Governo a garantir que todas as clínicas e postos de saúde existentes têm instalações adequadas para prestar serviços de saúde seguros e eficientes.
4. Conscientes da importância da prestação de ambulâncias e outros veículos para o transporte de pacientes e equipa médica, o GMPTL F pede ao Ministério da Saúde para fazer um inventário de todos os transportes e equipamentos já doados e distribuídos para os hospitais e distritos, garantindo que as pessoas chave têm acesso a meios de transporte adequados. Além disso, dada a urgência de fornecer transporte para os distritos, especialmente para as áreas rurais, a Comissão recomenda ao Ministério da Saúde para agilizar o processo de aquisição, a fim de entregar as restantes ambulâncias e motos necessárias para as parterias, os médicos e enfermeiros no menor tempo possível.
5. Reconhecendo o trabalho importante e essencial de cada um dos membros da profissão médica, especialmente nas áreas rurais, o GMPTL solicita ao Ministério da Saúde para fornecer alojamento e transporte adequado para que todo o pessoal possa realizar o seu trabalho de forma tão eficaz quanto for possível, especialmente para parteiras e outros médicos que fornecem serviços às mulheres grávidas.
6. Reafirmando o compromisso do governo para a realização dos ODMs e a urgência de reduzir ainda mais a taxa de mortalidade materna, O GMPTL F insta ao ministério para alocar fundos suficientes para reduzir a mortalidade materna. Isto deve ser incluído mas não limitado às seguintes ações:

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- I. Garantia de acesso adequado a programas de nutrição para reduzir a anemia e outras doenças relacionadas com a nutrição;
 - II. Assegurar que as mulheres e os homens, e os adolescentes, recebem informações adequadas sobre planeamento familiar e sobre os benefícios positivos do espaçamento entre os nascimentos;
 - III. Assegurar o acesso generalizado a todos os tipos de contraceptivos;
 - IV. Promover mais formação de parteiras e outro pessoal médico em obstetrícia, especialmente em obstetrícia de emergência;
 - V. Certificar-se de que as instalações sanitárias são adequadas e estão disponíveis e que as mulheres são capazes de aceder a estas;
 - VI. Sensibilização sobre os benefícios da amamentação regular e dos check-ups pré-natal e pós-natal;
 - VII. Estabelecer uma base de dados sobre a mortalidade materna, a fim de determinar as principais causas de mortalidade materna para garantir que as políticas adequadas são adaptadas para inevitavelmente diminuir a taxa de mortalidade materna em linha com a meta dos ODM de 2015.
7. Reconhecendo que 27% das mulheres grávidas sofrem de desnutrição e 58% das crianças são raquíticas, lembrando que Timor-Leste deve reduzir a mortalidade materna de 227 por 100 mil em 2015 e reconhecendo também que, como resultado de um programa conjunto entre o Ministério da Saúde e o WFP, as taxas de nutrição entre as mulheres e crianças melhorou, o GMPTL solicita que o programa "fortalecimento de alimentos locais" que contribui para melhorar o estado nutricional de menores de cinco anos de idade, de grávidas e lactantes e só promove produtos locais deve ser continuado e receber fundos adequados para garantir que o projeto seja capaz de rodar nos 13 distritos. É importante que o progresso já alcançado não seja invertido, devido à falta de fundos.
 8. Reconhecendo a importância de assegurar pessoal com formação adequada, a fim de garantir serviços de saúde adequados, o GMPTL solicita ao Ministério para realizar programas de capacitação, especialmente para as parteiras para assegurar que eles sejam capazes de oferecer um alto padrão de atendimento para mulheres, especialmente as mulheres grávidas.
 9. Reconhecendo que a redução nos casos de HIV /SIDA é um ODM chave e agora existem exemplos de lugares em que a taxa de HIV /SIDA está aumentando, a Comissão F solicita urgentemente ao Ministério da Saúde para desenvolver políticas que têm como alvo os principais grupos de risco e garantir o acesso a exames e tratamento. Eles também devem desenvolver um quadro estratégico para reduzir o estigmatismo e realizar uma campanha em todo o país sobre os riscos do HIV /SIDA e as formas de preveni-la e assegurar que as mulheres grávidas têm acesso a testes para reduzirem a transmissão da mãe para a criança durante o parto.
 10. Reconhecendo que as doenças sexualmente transmissíveis podem ter um impacto importante sobre a saúde das mulheres e pode levar a fertilidade ou outros problemas graves de saúde, e reconhecendo que até à data não existem dados confiáveis sobre a existência destas doenças, GMPTL insta o Governo a fornecer serviços de triagem de doenças sexualmente transmissíveis, tanto para homens e mulheres
 11. Reconhecendo que cânceres do sistema reprodutivo pode matar, e que muitas pessoas estão procurando o tratamento no exterior para tratar estes tipos de câncer, e reconhecendo que a prevenção e detecção precoce desse tipos de câncer é importante, GMPTL insta o Ministério da Saúde

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

para encontrar os meios necessário marcar e orçamento para rastrear câncer, como mama, colo do útero e de próstata e de lançar campanhas de sensibilização para informar o público em geral sobre a existência destas doenças e que eles podem fazer para impedi-los.

12. Reconhecendo que o SAMES é o principal fornecedor de medicamentos em Timor-Leste e que inúmeros problemas foram encontrados ao longo do último ano em relação à falta de stocks e à aquisição de medicamentos do exterior, a Comissão F solicita urgentemente ao Ministério da Saúde, à Comunidade Internacional e ao SAMES para trabalharem em conjunto para aperfeiçoar um quadro estratégico adequado e um sistema de aquisição, a fim de garantir a entrega atempada e adequado dos medicamentos, contraceptivos e vacinas para todas as áreas do país.

Recomendações para a implementação do PAN sobre Violência baseada no género

Reconhecendo o importante papel que o Ministério da Saúde desempenha no sucesso da implementação do plano de ação nacional sobre a violência baseada no género e reconhecendo que hospitais/ clínicas são muitas vezes o primeiro porto de escala para as vítimas de violência de género, o GMPTL solicita ao Ministério da Saúde para assegurar a aplicação efetiva das seguintes atividades:

- Treinar todos os profissionais de saúde em todos os distritos em fornecer atendimento especializado médico e aconselhamento para vítimas de VD, abuso infantil e violência sexual;
- Estabelecer quartos seguros em todos os hospitais e postos de saúde para vítimas de VBG e VD;
- Clarificação do estatuto legal das provas periciais médicas em ensaios e garantir a capacitação de todos os atores do setor da justiça sobre o seu uso adequado em tribunal;

O GMPTL também pede ao Ministério da Saúde para priorizar as seguintes atividades em 2014:

- Garantir o financiamento para construir Fatin Hakmateks nos hospitais distritais em Baucau, Same e Viqueque;
- Garantir que todos os candidatos que recebem formação para se tornarem médicos legistas cumpram os critérios básicos de elegibilidade;
- Facilitar o treinamento e credenciamento de novos examinadores forenses médicos com as ONGs relevantes;
- Avaliar os serviços prestados por cada Fatin Hakmatek para assegurar que as instalações cumprem os objetivos do serviço e as necessidades dos clientes;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. Considerando a importância da igualdade de género, e observando que o Ministério da Educação não têm em conta todas as recomendações da SEPI durante o processo de revisão do orçamento, o GMPTL enfatiza as obrigações decorrentes da Resolução do parlamento Nacional 12/2010 de 19 de Maio, 2010 (Ver Anexo XIV) e, portanto, recomenda-se que todos os planos anuais de 2014 têm que levar em conta o seguinte:

- i. Todos os planos devem estipular objetivos para a capacitação, formação, recrutamento, bolsas de estudo etc. das mulheres, com uma recolha de dados que deve ser desagregada por sexo;
- ii. O plano anual tem que ser sensível ao Género. Tem que responder às necessidades das mulheres e dos homens;
- iii. O programa tem que facilitar o acesso aos serviços públicos para homens e mulheres.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- iv. O Plano deve incluir atividades para o Plano Anual Nacional sobre Violência baseada no Género;
- v. O plano anual deve incluir formação para o pessoal, seu assessoramento e prover um grupo do trabalho de Género para assegurar que o plano é sempre a ele sensível.
2. Reconhecendo o progresso importante que o Setor da Educação tem feito nos últimos 10 anos, com a construção e reconstrução de escolas, mas cientes de que muitas escolas ainda não têm mesas e cadeiras e outros materiais essenciais, o que, inevitavelmente, desencoraja as crianças de frequentar a escola, especialmente as meninas, O gmptIF solicita ao Ministério que garanta a conclusão do mapeamento, a fim de assegurar que todas as escolas de todo o país estão repletas de materiais essenciais, como cadeiras e mesas. O GMPTL pede ao Ministério para garantir que os procedimentos de aquisição sejam simplificados, a fim de fazer a entrega destes materiais urgentes, mais eficiente e mais rapidamente.
3. Reconhecendo que muitas escolas ainda não têm saneamento adequado, and emphasising the importance of adequate sanitation especially for girls, O GMPTL solicita ao Ministério da Educação para colaborar com outros ministérios-chave para identificar essas escolas no tempo mais breve possível, e tomar as medidas necessárias para assegurar que todas as escolas estão equipadas com instalações sanitárias decentes e adequadas.
4. Lembrando que a educação universal é um dos ODM e que todas as crianças têm o direito de ir para a escola, o GMPTL insta o Governo a garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade. O GMPTL solicita ao Ministério da Educação para realizar formação adequada para todos os professores, e para garantir o recrutamento de professores qualificados, especialmente professoras, para garantir que todas as crianças são capazes de realizar o seu pleno potencial.
5. Reconhecendo os esforços importantes já feitos para a revisão do currículo nacional, a Comissão F pede ao governo para apoiar esta iniciativa com a formação essencial de todos os professores e o fornecimento de livros e materiais adequados à aprendizagem elogio.
6. Reconhecendo que mais e mais crianças estão a ir estudar em escolas secundárias, o GMPTL insta o Governo a assegurar a construção adequada e a disponibilidade de escolas secundárias em todos os distritos e a prestação de professores com formação adequada, especialmente os do sexo feminino.
7. Reconhecendo a importância de se alcançar a igualdade de género em todos os setores, ainda há muito a ser feito no sentido de incentivar meninos e meninas a permanecer na escola e a ir para a aprendizagem futura. As meninas devem ser encorajadas a participar em todos os níveis da educação e a ir para a universidade e a entrar em carreiras que podem ajudar a construir a nação e assegurar a igualdade de género para todos.
8. Lembrando ao governo da sua obrigação de cumprir os ODM e reconhecendo que muitos adultos ainda não sabem ler e escrever, o GMPTL insta o Governo a continuar os programas em todos os distritos com o objetivo de eliminar o analfabetismo em todos os setores da sociedade, especialmente entre as mulheres e os idosos.

Recomendações para a implementação do PAN sobre Violência baseada no género

- Assegurar que o currículo escolar inclui questões relacionadas com os direitos humanos e género, incluindo a boa conduta nos relacionamentos, sexualidade e o princípio do conflito negociado
- Assegurar que os professores são treinados em matéria de direitos humanos e igualdade de género
- Divulgar o currículo para saúde reprodutiva dos adolescentes em todas as escolas

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Realizar uma revisão teórica e uma avaliação do impacto do cumprimento dos currículos com o artigo 11 da Lei contra a Violência Doméstica

SEPI

1. Lembrando ao governo de todos os compromissos assumidos no âmbito da CEDAW e cientes da importância da igualdade de género e do papel importante que desempenha na SEPI a integração do género em todo o governo, a Comissão F considera o orçamento da SEPI ser muito baixo para realizar plenamente o seu mandato.
2. Conscientes do papel que a SEPI tem de fornecer as ONGs com fundos para realizar atividades de empoderamento económico para as mulheres e reconhecendo que esta atividade está prevista no âmbito do plano anual, a Comissão F insta o Governo a fornecer dinheiro ao abrigo do Fundo de transferências públicas, uma vez que neste momento não há fundos previstos.
3. Reconhecendo que muitas mulheres ainda não são capazes de aceder aos seus direitos humanos fundamentais e, como resultado, são mais vulneráveis à violência doméstica e a outras formas de discriminação de género, reconhecendo também que muitas mulheres em Timor-Leste, como resultado da referida discriminação, não são economicamente independentes, a Comissão F, solicita que a SEPI assuma a liderança para colaborar com outras agências governamentais para assegurar que as políticas e os programas que promovam o empoderamento económico das mulheres e promover que o acesso a microcréditos acontece de forma rápida e eficiente, a fim de permitir que as mulheres tenham acesso igual a trabalho e esquemas de gerar dinheiro o mais rapidamente possível.
4. Reconhecendo o importante papel que a SEPI tem na coordenação do Plano de Ação Nacional sobre a Violência Baseada no Género, lembrando o governo de que a violência doméstica e a violência baseada no género “nunca é aceitável, nunca é desculpável, e nunca é tolerável”. (Nações Unidas Secretário-Geral, Ban Ki-Moon (2008) e reconhecendo que a violência de género é uma violação atroz dos direitos humanos das mulheres, a Comissão F exorta ao Governo para alocar mais recursos para garantir que a SEPI é capaz de coordenar as agências governamentais relevantes de forma eficaz e é capaz de monitorar o andamento de todos os resultados do PAN sobre VBG.
5. Reconhecendo o importante papel que a SEPI tem na implementação do PAN sobre VBG e compreendendo as dificuldades que tem tido até agora em monitorar adequadamente sua efetiva implementação, a Comissão F insta a SEPI a rever o seu plano estratégico, a fim de garantir os mecanismos adequados para coordenar todos os órgãos competentes e a estabelecer um acompanhamento abrangente e eficaz e um plano de avaliação, a fim de assegurar o cumprimento e o progresso na prevenção e eliminação da violência doméstica e da violência baseada no género em Timor-Leste.
6. Considerando a Resolução do parlamento nº 12/2010, de 19 de Maio, bem como a importância de assegurar a orçamentação sensível ao género em todo o governo, e reconhecendo que muitos ministérios ainda não estão a cumprir com as recomendações da SEPI, a Comissão F insta todos os ministérios e agências governamentais a rever os seus planos anuais e a assegurar que eles cumpram com a resolução n.º 12/2010, atentando para os cinco critérios críticos mencionados nas recomendações gerais.
7. Considerando a Resolução n.º 27/2011, que estipula que cada Ministério e Secretaria de Estado deve estabelecer um grupo de trabalho de género, e reconhecendo que o impacto dos referidos grupos ainda é fraco, a Comissão F insta a SEPI a rever o funcionamento desses grupos para garantir que todos

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

eles são conscientes de seu mandato e recebem formação e recursos adequados, a fim de realizar o seu mandato efetivamente.

8. Considerando a existência de grupos de trabalho do género a nível distrital e a sua importância estratégica na disseminação de informações sobre questões relacionadas com o género para os distritos, a SEPI deve fornecer recursos e formação adequados para cada membro do grupo, a fim de que eles sejam capazes de realizar suas atividades, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento do PAN em VBG e divulgação de informações sobre a Lei de Violência Doméstica e outras questões relacionadas com o género.
9. Reconhecendo que a comemoração dos principais eventos é importante e contribui para uma melhor compreensão dos direitos das mulheres na sociedade, a Comissão F também gostaria de lembrar a SEPI do seu papel fundamental - catalisador para a promoção da Igualdade de género em Timor-Leste, especialmente para promover a igualdade do género no governo e assegurar que o género seja incluído nas políticas, programas e orçamentos de organizações e instrumentos governamentais -e, portanto, exorta a SEPI a realizar mais atividades que refletem esse papel que promoverá a igualdade de género em todos os ministérios, e que terão um impacto a longo prazo na mudança de comportamentos e atitudes, tanto no governo, como na sociedade como um todo.

Recomendações para a implementação do PAN sobre Violência baseada no género

A SEPI tem o importante papel de coordenar o PAN contra a VBG, mas tem recursos limitados para fazer isso. Financiamento específico deve ser alocado para a implementação de todas as atividades no PAN sobre VBG para assegurar que o impacto desejado seja alcançado e que o progresso seja monitorizado e avaliado adequadamente. Para este fim, o GMPTL insta a SEPI a priorizar urgentemente o seguinte :

- Conduzir discussões com juizes e promotores para enfrentar os desafios ligados com a resolução da VBG e VD, sentença e aplicação de medidas de coação;
- Financiamento para atividades de socialização para homens e meninos, incluindo prisioneiros sobre VBG, VD e controle da raiva;
- Garantir formação para líderes locais e membros da comunidade e fornecer informações de qualidade e resultados;
- Desenvolver publicações simplificadas sobre a lei da violência doméstica e VBG para todos os níveis de ensino, especialmente às populações analfabetas, e garantir a ampla distribuição de tais publicações;

Ampliar os programas de empoderamento económico das mulheres.

Em 2014, sob o PAN a SEPI deve priorizar:

- Elaborar orientações sobre a sentença e manutenção provisória que cumpram os requisitos previstos no Código Penal e LAVD;
- Ter um foco dedicado à coordenação, planeamento, acompanhamento da execução e avaliação do **(PAN)**
- Promover mais atividades de sensibilização sobre a LVD e a natureza da VBG com Chefes de Suco e Conselhos Locais,
- Envolver líderes tradicionais e religiosos para promover mudanças de comportamento e atitudes.
- Envolver ministros e Secretários de Estado sobre a igualdade de género, as questões de VBG e VD.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Recomendações Gerais

1. Considerando a importância da igualdade de género, e observando que o ministério não têm em conta todas as recomendações da SEPI durante o processo de revisão do orçamento, o GMPTL enfatiza as obrigações decorrentes da Resolução do parlamento Nacional 12/2010 de 19 de Maio, 2010 (Ver Anexo XIV) e, portanto, recomenda-se que todos os planos anuais de 2014 têm que levar em conta o seguinte:
2. Todos os planos devem estipular objetivos para a capacitação, formação, recrutamento, bolsas de estudo etc. das mulheres, com uma recolha de dados que deve ser desagregada por sexo;
 - a. O plano anual tem que ser sensível ao Género. Tem que responder às necessidades das mulheres e dos homens;
 - b. Programa tem que facilitar o acesso aos serviços públicos para homens e mulheres.
 - c. O Plano deve incluir atividades para o Plano Anual Nacional sobre Violência baseada no Género;
 - d. O plano anual deve incluir formação para o pessoal, seu assessoramento e prover um grupo de trabalho de Género para assegurar que o plano é sempre a ele sensível.
3. Reconhecendo as dificuldades que o ministérios da Solidariedade Social ainda esta enfrentando com relação à construção da sua capacidade e conhecimento técnico, o GMPLT incentiva ao ministério a garantir a conformidade com os planos anuais e recomenda-se que a implementação do referido plano deverá ser monitorizada e avaliada, a fim de avaliar o seu progresso e que indicadores razoáveis tangíveis devem ser estabelecidos a fim de medir o progresso das atividades em intervalos chave ao longo do ano fiscal de 2014.
4. Destacando a importância da colaboração inter-ministerial, e enfatizando a importância de compartilhar informações para informar as políticas, o GMPTL incentiva fortemente a comunicação e a colaboração inter-ministerial em todas as áreas, mas especialmente em termos de implementação do PAN sobre VBG, Jovens
5. Reconhecendo a necessidade de prestar serviços sociais a certos membros da sociedade e conscientes do fato de que MSS recebe um total de cerca de 16% do orçamento, além disso reconhecendo que 95% do orçamento Geral do Estado vai para o Ministério da Solidariedade Social, na forma de transferências públicas, e destacando que o parlamento recebeu vários relatos de reclamações fraudulentas, o GMPTL insta ao MSS para garantir o estabelecimento de um mecanismo eficaz, justo e transparente que por sua vez estabeleça critérios elegíveis para o recebimento de programa bolsa da Mãe. Além disso, é preciso existir em registros abrangentes de cada requerente e devem ser fornecidas informações se a situação do requerente muda no futuro (ou seja, seja não é elegível ou se faleceu).
6. Reconhecendo que o MSS recebe mais de 16% do orçamento total, e ainda destacando que um papel fundamental do MSS é garantir a justiça social e reintegração de Grupos vulneráveis, o GMPTL insta o MSS a desenvolver programas que promovam a justiça social e reintegração de grupos vulneráveis tais como vítimas de violência doméstica, famílias monoparentais, inválidos e vítimas de doenças como o HIV /SIDA.
7. Profundamente preocupados como número de crianças que são abusadas e negligenciadas em Timor-Leste e destacando a urgência de aprovar uma legislação adequada para a proteção das

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

crianças, a Comissão F solicita ao MSS para reforçar o seu papel e os programas para assegurar a proteção eficaz das crianças em todas as áreas da sua vida, e não apenas limitar os recursos no fornecimento de abrigos para crianças. É essencial desenvolver programas que impedem o abuso e a negligência de crianças em todos os aspetos da comunidade e realizar as seguintes ações para prevenir e responder à violência e ao abuso de crianças.

Apoiar os pais, cuidadores e famílias para cuidar de seus filhos para promover os seus serviços de bem-estar e potenciar a integração na vida quotidiana das famílias através de visitas domiciliárias regulares ou em centros de base comunitária, por enfermeiros, assistentes sociais e outros profissionais treinados.

Reforço das competências de vida das crianças - como o pensamento crítico e a tomada de decisões informadas, a construção de auto-estima e um senso de agência pessoal, capacidade de comunicação efetiva e cooperativa para resolução de problemas - para ajudar a proteger-se da violência ao longo das suas vidas.

Promover atitudes e normas sociais que não incentivem a violência e a discriminação através de programas escolares e da comunidade em que se envolvem pessoas de confiança que sejam influentes, para atuar como agentes de mudança, apoiados por meios de comunicação / campanhas de mobilização social.

Promoção e prestação de serviços para as crianças e suas famílias que identificam, oferecem ajuda, apoiam e cuidam, bem como mecanismos para relatar incidentes de violência. Serviços para ajudar as crianças a lidar com a sua situação, e também quebrar o ciclo de abuso e reduzir ainda mais danos.

Reforçar as políticas e leis que protegem as crianças e enviar uma forte mensagem para a sociedade de que a violência não é apenas inaceitável, mas também punível por lei e que as crianças vítimas ou testemunhas têm o direito de receber assistência adequada.

Conhecendo a situação. A base de dados e o conhecimento para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção da violência e das intervenções está a expandir-se, e estratégias baseadas em evidências mostram que as abordagens inovadoras podem fazer a diferença. Mas é preciso recolher dados mais robustos sobre como, quando, onde e por que a violência é perpetrada contra crianças, a fim de desenvolver e fortalecer os sistemas e estratégias para lidar com o problema.

8. Reconhecendo o importante papel que tem o MSS na implementação do PAN sobre a VBG e destacando que ainda existe um número inaceitável de mulheres que estão a sofrer com a violência doméstica, a Comissão F insta ao MSS para garantir que todas as atividades sob seu mandato no PAN são implementados e o progresso é monitorizado, a fim de identificar quaisquer restrições que possam ser enfrentadas e para proteger ainda mais as mulheres de violência baseada no género. O MSS precisa garantir que fundos significativos são alocados para essa finalidade e que todas as atividades são realizadas no tempo especificado.
9. Reconhecendo a importante contribuição que as ONGs fazem na promoção da igualdade de género e a realização dos direitos humanos na sociedade timorense e destacando o compromisso do governo com a transparência e a boa governação, a Comissão F solicita ao MSS que garanta um acompanhamento adequado e a avaliação de todos os projetos realizados no âmbito das transferências públicas para assegurar que eles estão cumprindo o seu mandato e que os projetos estão tendo o impacto desejado.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

10. Reconhecendo o papel do MSS para garantir a proteção da vida Humana, dos Bens e do Ambiente em relação aos desastres naturais, o GMPTL insta o MSS para desenvolver políticas e programas que promovam a mitigação das consequências das catástrofes naturais antes que elas aconteçam., ensuring that women's needs are taken into consideration.

Recomendações para a implementação do PAN sobre Violência baseada no género

Reconhecendo que o MSS tem um papel fundamental na proteção dos vulneráveis, o GMPTL gostaria de exortar o MSS a adotar as seguintes recomendações

- O MSS deve trabalhar para contratar, treinar e financiar os fornecedores de serviços suficientes para as mulheres e crianças para chegar pelo menos ao nível do suco. Atualmente, apenas três provedores (2 CPOs e 1 Punto Focal) estão disponíveis para cobrir todo o nível distrital;
- O MSS também deve trabalhar para garantir que os pontos de proteção são utilizados apenas para crianças e proteção das mulheres, ao invés de responder às preocupações de veteranos;
- O MSS deve garantir os procedimentos para a obtenção de assistência são fáceis e eficientes. Ele deve treinar ainda mais a sua equipe para garantir que os recursos são direcionados, sempre que necessário, em tempo útil e que os casos são devidamente geridos.
- O MSS deve garantir uma distribuição mais ampla de materiais para educar as vítimas sobre os recursos disponíveis e como aceder a eles.
- O MSS deve estabelecer a criação dos centros de apoio, Fatin Simu Vitima e uma linha telefónica nacional. Estes são os mecanismos que respondem de forma mais adequada às necessidades da vítima, sem exigir que elas viajem longas distâncias.
- O MSS deve garantir que cada um desses recursos é composto por profissionais devidamente treinados.
- O MSS deve instituir uma política que requer um acompanhamento regular dos abrigos e outras instalações de apoio para garantir condições adequadas, gestão de casos, e verificar o progresso dos casos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, PNTL E OPG

Recomendações Gerais

1. Considerando a importância da igualdade de género, e observando que muitos dos ministérios não têm em conta as recomendações da SEPI durante o processo de revisão do orçamento, o GMPTL enfatiza as obrigações decorrentes da Resolução do parlamento Nacional 12/2010 de 19 de Maio, 2010 (Ver Anexo XIV) e, portanto, recomenda-se que todos os planos anuais de 2014 têm que levar em conta o seguinte:
 - a. Todos os planos devem estipular objetivos para a capacitação, formação, recrutamento, bolsas de estudo etc. das mulheres, com uma recolha de dados que deve ser desagregada por sexo;
 - b. O plano anual tem que ser sensível ao Género. Tem que responder às necessidades das mulheres e dos homens;
 - c. O programa tem que facilitar o acesso aos serviços públicos para homens e mulheres.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- d. O Plano deve incluir atividades para o Plano Anual Nacional sobre Violência baseada no Género;
 - e. O plano anual deve incluir formação para o pessoal, seu assessoramento e prover um grupo do trabalho de Género para assegurar que o plano é sempre a ele sensível.
2. Reconhecendo as dificuldades que os ministérios relevantes ainda estão enfrentando com relação à construção da sua capacidade e conhecimento técnico, o GMPTL incentiva cada ministério/agência a garantir a conformidade com os planos anuais e recomenda-se que a implementação do referido plano deverá ser monitorizada e avaliada, a fim de avaliar o seu progresso e que indicadores razoáveis tangíveis devem ser estabelecidos a fim de medir o progresso das atividades em intervalos chave ao longo do ano fiscal de 2014.
 3. Destacando a importância da colaboração inter-ministerial, e enfatizando a importância de compartilhar informações para informar as políticas, a Comissão F incentiva fortemente a comunicação e a colaboração inter-ministerial em todas as áreas, mas especialmente em termos de implementação do PAN sobre VBG e género.

Recomendações para a implementação do PAN sobre Violência baseada no género

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O GMPTL felicita o MJ pelo progresso no projeto do código de crianças, o projeto de lei anti-tráfico humano e do projeto de lei sobre o acesso aos tribunais e insta essas leis a serem apresentadas ao Conselho de Ministros, o mais breve possível.

Reconhecendo as restrições que o MJ ainda tem em assegurar a justiça para todos, mas confirmando o seu importante papel sob o PAN, o GMPTL insta o MJ a priorizar financiamento para os seguintes itens:

- Fornecer financiamento para organizações com fins não lucrativos que prestam assistência jurídica às vítimas de VBG e VD;
- Construir / alocar salas de espera seguras em Dili, Oecusse e tribunais de distrito de Baucau para vítimas que sejam mulheres e crianças e testemunhas;
- Compra e instalar telas em cada um dos tribunais distritais para permitir que vítimas e testemunhas vulneráveis que prestam depoimento, não tenham que enfrentar diretamente o réu;
- Facilitar discussões e pesquisas sobre normas de condenação para o Judiciário e aplicação de medidas de coação / proteção para garantir a segurança das vítimas durante o processo de julgamento

PNTL

Reconhecendo os progressos feitos nas áreas da boa governação, a melhoria das Infraestruturas, procedimentos padronizados e ferramentas para uma gestão mais eficiente e eficaz de escritórios da VPU e o aumento de pessoal para ajudar as vítimas de VBG e VD. Reconhecendo igualmente o importante papel que a PNTL tem na efetiva implementação do PAN em VBG, e preocupado com a diminuição substancial no orçamento para a implantação do PAN, o GMPTL solicita que o orçamento seja revisto e pelo menos a mesma quantidade de recursos que em 2013 deve ser alocada para se poder continuar com as atividades do PAN. Além disso, o GMPTL recomenda também que devem ser tidos em consideração os seguintes assuntos:

- Rever a Lei Orgânica da PNTL para incluir a gestão e as operações da VPU, que inclui prazos mínimos de ocupação para o pessoal na Unidade, garantindo que os oficiais de VPU permanecerão em seus cargos por, pelo menos, 3 anos;

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Compra de carros exclusivamente para o uso da **VPU** para atender vítimas de VBG e VD, e garantir que todos os oficiais de **VPU** são capazes de conduzir;
- Aumentar o número de funcionários devidamente treinados na **VPU** em todos os sub-distritos e recursos de apoio para os oficiais de **VPU**;
- Formar todos os funcionários sobre a exigência de registar todos os casos de VD;
- Assegurar a implementação de medidas disciplinares fortes e transparentes para todas as violações de seu código de conduta profissional;

Além disso, em 2014, a PNTL também deve priorizar sob o PAN:

- Formação para a PNTL e oficiais da **VPU** na prevenção de VD e VBG, como o desenvolvimento de planos de segurança para as famílias de alto risco e monitorar a execução das sentenças judiciais;
- Desenvolver um currículo para a **VPU** e a formação da Polícia, para poder fornecer uma formação contínua de agentes da PNTL, incluindo polícias comunitários, e novos recrutados sobre VBG e VD;
- Formação e recursos para o pessoal para poder usar o Sistema Integrado de Gestão da Informação para gravar dados sobre VD e casos de VBG;
- Formação para **VPU** e PNTL e investigadores sobre o uso do protocolo forense Médico e provas médicas;
- Formação sobre o uso do equipamento básico, como câmaras e impressoras coloridas e assegurar a sua aquisição;

OPG

O GMPTL elogia o **OPG** por processar com sucesso um grande número de casos de VBG e VD em 2013. O GMPTL insta o **OPG** a garantir que haja os recursos suficientes para a realização das suas atividades sob o PAN e exorta-os a priorizar as seguintes questões:

- Desenvolver orientações sobre a aplicação de medidas coercitivas / restrição sob o Código de Processo Penal e da Lei contra a Violência Doméstica para proteger as vítimas de VBG e VD;
- Aumentar os recursos e apoio dos procuradores, que são especializados em lidar com casos de VBG e VD;

Em 2014, o **OPG** também deve priorizar sob o PAN as seguintes questões :

- Formar e apoiar os promotores para usar o Sistema de Gestão Integrado de Informação;
- Realização de treinamento sobre a aplicação da Lei de Proteção de Testemunhas e medidas coercitivas / restrição sob o Código de Processo Penal e da Lei Contra a Violência Doméstica;
- Formação de acompanhamento para os promotores sobre o Protocolo Forense médico e utilização de provas obtidas no âmbito do Protocolo para julgar casos de VD, abuso infantil e violência sexual;
- Desenvolver uma política para agilizar o julgamento de casos de VBG e VD;